

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
LARANJEIRAS DO SUL
INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS NATURAIS, MATEMÁTICA E
CIÊNCIAS AGRÁRIAS

ELIANE RIBEIRO

LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS NATURAIS,
MATEMÁTICA E CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
2010-2022: LIMITES E POSSIBILIDADES

LARANJEIRAS DO SUL
2023

ELIANE RIBEIRO

**LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS NATURAIS,
MATEMÁTICA E CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
2010-2022: LIMITES E POSSIBILIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Naturais, Matemática e Ciências Agrárias – Licenciatura, da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do grau de licenciado em Educação do campo: Ciências Naturais, Matemática e Ciências Agrárias.

Orientador: Prof. Dr. Vitor de Moraes

LARANJEIRAS DO SUL

2023

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Ribeiro, Eliane

Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo-
Ciências Naturais, Matemática e Ciências Agrárias da
Universidade Federal da Fronteira Sul 2010-2022: Limites
e Possibilidades / Eliane Ribeiro. -- 2023.

82 f.:il.

Orientador: Doutor Vitor de Moraes

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em Interdisciplinar em Educação do Campo:
Ciências Naturais, Matemática e Ciências Agrárias,
Laranjeiras do Sul, PR, 2023.

I. Moraes, Vitor de, orient. II. Universidade Federal
da Fronteira Sul. III. Título.

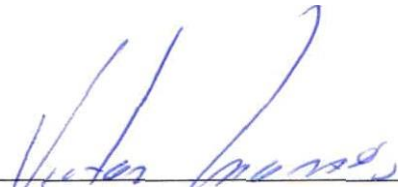
ELIANE RIBEIRO

**LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS NATURAIS,
MATEMÁTICA E CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL 2010-
2022: LIMITES E POSSIBILIDADES**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para a obtenção do grau de Licenciada em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Naturais. Matemática e Ciências Agrárias Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Laranjeiras do Sul.

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:
28/06/2023.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Vitor de Moraes - UFFS



Prof. Dr. Cristiano Augusto Durat - UFFS



Profª. Dra. Marciane Maria Mendes -
UFFS

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que me deu forças de chegar até aqui, à minha família e a todos que de uma maneira geral contribuíram para minha formação.

AGRADECIMENTOS

Estes agradecimentos vão para a minha família, cuja filha de uma agricultora que criou consigo 7 filhos tem como autora deste trabalho a primeira filha a se formar em uma Universidade Federal. Esta vitória só foi possível pelo apoio da minha avó e tios, que me acolheram juntamente com o meu sonho para que isso fosse possível. Foram 4 longos anos morando com a vó. Devido à pandemia em 2020 e às aulas remotas, voltei a morar com a mãe. Distância, correria e dificuldades encontradas ao longo do caminho me fortaleceram para que isto se concretizasse. Lembro de cada palavra de incentivo e as de desapoio também, de todas as vezes em que pensei em desistir, pois não havia mais forças para continuar.

Não posso deixar de agradecer a Deus, pelas vezes que rezei para que as portas das oportunidades se abrissem, e elas se abriram. No decorrer deste trabalho e já desanimada pelo esgotamento, cansaço físico e mental, sem saber o que fazer da vida, pois estava em processo de conclusão do curso, a oportunidade de emprego veio, o primeiro contrato aberto para atuar naquilo que eu estudei. Hoje sou professora, e me sinto realizada em saber que nada nunca é em vão, que as coisas acontecem como tem que ser, saber que estou fazendo diferença na vida de alguém e plantando frutos futuros, incentivando meus alunos a correr atrás dos seus sonhos. Espero fazer a diferença não apenas em sala de aula, mas que esta pesquisa consiga de alguma maneira incentivar pesquisadores, estudantes e uma comunidade.

Grata por tudo que vivi até aqui, e por cada um que me incentivou e participou deste processo de formação.

RESUMO

Neste trabalho foi analisado o curso Interdisciplinar em Educação do Campo, Ciências Naturais, Matemática e Ciências Agrárias - Licenciatura (LEDOCCNMCA), transformado em 2018 no curso Interdisciplinar em Educação do Campo, Ciências da Natureza - Licenciatura (LEDOCCN), da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, *Campus* Laranjeiras do Sul, localizado no Estado do Paraná, sendo abordada a realidade do curso em si, situações dos egressos e as dificuldades de permanência. Outra preocupação essencial está na dificuldade dos graduados em exercer a profissão, considerando a falta de concursos voltados para a área. Abordamos a Proposta Pedagógica do Curso de graduação em LEDOCCNMCA elaborada em 2010 e a Proposta Pedagógica do Curso de graduação em LEDOCCN, de 2018. Destacamos os pontos em comum, contradições, limites e desafios das propostas descritas acima. Diante dessas informações, no trabalho foram levantados três pontos cruciais, mostrando três pontos de vista por perspectivas diferentes: os alunos abandono, motivos que os levaram a deixar o curso; ponto de vista segundo os professores manifestando a sua opinião sobre o referido curso e qual a necessidade da reformulação do PPC e, por fim, onde se encontram os egressos, se exercem a profissão e quais as dificuldades do mercado de trabalho. Estes três pontos são os pilares do trabalho para conseguirmos chegar à conclusão do diagnóstico do curso LEDOCCNMCA, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS): 2010-2022: Limites e possibilidades do curso, período em que foi ofertado pela Instituição no *campus* de Laranjeiras do Sul - PR.

Palavras-chave: Licenciatura; Aluno/abandono; Egressos; Limites; Potencialidades.

ABSTRACT

In this work were analyzed the Interdisciplinary course in Rural Education, Natural Sciences, Mathematics and Agricultural Sciences (LEDOCCNMCA), transformed in 2018 into the Interdisciplinary course in Rural Education, Natural Sciences (LEDOCCN), at the Federal University of Fronteira Sul - UFFS, *Campus Laranjeiras do Sul*, located in the state of Paraná, being addressing the reality of the course itself and the difficulties of permanence, the high number of changes to other courses, verifying the main causes of difficulties, because according to academic reports, there are difficulties in training, especially in the area of exact sciences. Another essential concern is the difficulty of graduates in exercising the profession, considering the lack of competitions aimed at the area. We approach the Pedagogical Project of the LEDOCCNMCA - Degree from the Federal University of Fronteira Sul, elaborated in 2010 and the Pedagogical Project of the - Degree from the Federal University of Fronteira Sul - *Campus Laranjeiras do Sul*. South orange trees, 2018 (LEDOCCN). We Highlight the common points, contradictions, limits and challenges of the proposals described above. Faced with this information, at work were raises three crucial points, showing three points of view from different perspectives: students dropping out, reasons that led them to leave the course; point of view according to the professors expressing their opinion about the referred course and what is the need to reformulate the PPC and finally, where the graduates are, if they exercise the profession and what are the difficulties of the labor market. These three points are the pillars of the work to reach the conclusion of the feasibility of the LEDOCCNMCA of the Federal University of Fronteira Sul (UFFS): 2010-2022: Limits and possibilities of the course, period in which it was offered by the Institution.

.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| | p. |
| Figura 1 - Ingressos no curso no período de 2010 a 2022 | 39 |
| Figura 2 - Índices de evasões, egressos e ativos do curso por ano | 40 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | p. |
|---|----|
| Gráfico 1 - O curso LEDOC atingiu suas expectativas? | 47 |
| Gráfico 2 - Em que período você abandonou o curso? | 48 |
| Gráfico 3 - Motivos que levaram ao abandono | 49 |
| Gráfico 4 - Dialogou com alguém antes de abandonar o curso?..... | 50 |
| Gráfico 5 - Após abandonar o curso, voce chegou a fazer outra graduação ou optou por trabalhar? | 50 |
| Gráfico 6 - Você era vinculado com movimentos sociais? | 51 |
| Gráfico 7 - Se é vinculado a movimento social. Qual? | 52 |
| Gráfico 8 - Você é oriundo dos movimentos sociais? | 53 |
| Gráfico 9 - Quais as disciplinas em que você encontrou mais dificuldade? | 53 |
| Gráfico 10 – Você exerce a profissão em qual disciplina? | 55 |
| Gráfico 11 - Você foi coordenador do curso? | 63 |

LISTA DE QUADROS

| | p. |
|---|----|
| Quadro 1 - Componentes curriculares de domínio comum | 41 |
| Quadro 2 - Componentes curriculares de domínio conexo | 43 |
| Quadro 3 - Componentes curriculares de domínio específico semelhantes | 44 |
| Quadro 4 - Componentes curriculares de domínio específicos - disciplinas diferentes ... | 45 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-------------------|--|
| ARCAFAR | Associação Regional das Casas Familiares Rurais |
| ASSAE | Assessoria de Assuntos Estudantis |
| CCR | Componente Curricular |
| CONTAG | Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura |
| CUT | Central Única dos Trabalhadores |
| EdoC | Educação do Campo |
| FETRAT | Federação dos Trabalhados na Agricultura Familiar |
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| IOC | Inserção Orientado na Comunidade |
| IOE | Inserção Orientada na Escola |
| LECampo | Licenciatura para Educadores no Campo |
| LEDOC | Interdisciplinar em Educação no Campo |
| LEDOCCN | Interdisciplinar em Educação no Campo, Ciências da Natureza |
| LEDOCCNMCA | Interdisciplinar em Educação do Campo, Ciências Naturais, Matemática e Ciências Agrárias |
| MAB | Movimento dos Atingidos por Barragens |
| MPA | Movimento dos Pequenos Agricultores |
| MST | Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra |
| PPC | Projeto Pedagógico Curricular |
| PROCAMPO | Programa de Apoio a Formação Superior em Licenciatura em Educação no Campo |
| PRONACAMPO | Programa Nacional de Educação do Campo |
| PRONERA | Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária |
| PSS | Processo Seletivo Simplificado |
| PT | Partido dos Trabalhadores |
| RESSAB | Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro |
| SESu | Secretaria de Educação Superior |
| TC | Tempo Comunidade |
| TU | Tempo Universidade |
| UFBA | Universidade Federal da Bahia |
| UFFS | Universidade Federal da Fronteira Sul |
| UFMG | Universidade Federal de Minas Gerais |
| UFS | Universidade Federal de Sergipe |

SUMÁRIO

| | p. |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 13 |
| 2. O PROTAGONISMO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: AVANÇOS E DESAFIOS | 16 |
| 2.1 O CAMPO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO | 16 |
| 2.2 EDUCAÇÃO DO CAMPO: EM MEIO AO SOMBRIO TRADICIONALISMO EDUCACIONAL, FLORESCE A ESPERANÇA | 19 |
| 2.3 LICENCIATURAS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA TRAJETÓRIA DE LUTAS E CONQUISTAS | 23 |
| 3. PROJETOS POLÍTICOS DOS CURSOS (PPC): INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS NATURAIS, MATEMÁTICA E CIÊNCIAS AGRÁRIAS / INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS DA NATUREZA | 37 |
| 3.1 SIMILARIDADES E AS CONTRADIÇÕES DOS PPC'S: LIMITES E DESAFIOS | 38 |
| 3.2 OS PROTAGONISTAS: AS UTOPIAS AS SIMILARIDADES E AS CONTRADIÇÕES | 46 |
| 3.3 A VISÃO DOS EGRESSOS SOBRE A FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO | 52 |
| 3.4 A VISÃO DOS DOCENTES BASEADA NA EXPERIÊNCIA | 62 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 78 |
| REFERÊNCIAS | 80 |

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como objetivo a realização de uma análise do curso Interdisciplinar em Educação do Campo, Ciências Naturais - Licenciatura, Matemática e Ciências Agrárias (LEDOCCNMCA) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)¹.

Esse curso passou por uma avaliação por meio do Núcleo Docente Estruturante do Curso (NDE), Colegiado do Curso (CC), refazendo assim um novo PPC, permanecendo na área de Ciência da Natureza².

Após o estudo das Propostas Pedagógicas do Curso (PPC's) e resultado das pesquisas, conseguimos observar o principal objetivo: o porvir dos egressos do curso e os motivos dos estudantes que o abandonaram. O curso de graduação foi criado com o objetivo de potencializar a Educação do Campo, dando a oportunidade aos jovens camponeses, tendo como opção se formar e permanecer no campo, podendo atuar no campo com as disciplinas de Matemática, Física, Agrárias, Biologia e Ciências.

Em seguida, com a reformulação do PPC em 2018, com a supressão das disciplinas de Matemática e Agrárias, passou a denominar-se Interdisciplinar em Educação do Campo, Ciências da Natureza - Licenciatura LEDOCCN, ofertando assim somente a área de Ciências da Natureza, com o intuito de trazer mais acadêmicos e interessados ao curso. Para uma melhor compreensão da realidade, apresentamos os pontos principais dos dois PPC's do curso e o que ele abrange e, também, foram examinados os dados do curso desde 2010, com os primeiros egressos, até 2020, depois da reformulação do PPC.

Após esta análise de atual conjuntura, foi desenvolvido um estudo bibliográfico para uma melhor compreensão da pesquisa a partir da: a) Educação do Campo (EdoC); b) Campo da EdoC; c) Licenciaturas em Educação do Campo d) Trabalho e Evasão.

A análise foi realizada por meio do processo documental, estudo dos PPC's e análise comparada. A pesquisa foi quantitativa quanto aos dados, gráficos e tabelas dos dados do curso e qualitativa na articulação teórica do estudo bibliográfico, com os dados da análise e dos resultados adquiridos por meio dos elementos empíricos obtidos dos questionários

¹ A Lei n. 12.029, de 15 de setembro de 2009, dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. [...], com sede e foro no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina. [...], atuação *multicampi*, abrangendo, predominantemente, o norte do Rio Grande do Sul, com *campi* nos Municípios de Cerro Largo e Erechim, o oeste de Santa Catarina, com *campus* no Município de Chapecó, e o sudoeste do Paraná e seu entorno, com *campi* nos Municípios de Laranjeira do Sul e Realeza.

² PPC. Decisão n. 19/CONSUNI CGAE/UFFS/2018. Aprova a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza - Licenciatura, do *Campus* Laranjeiras do Sul da Universidade Federal da Fronteira Sul. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/decisao/consunicgae/2018-0019>. Acesso em: 15 dez. 2022.

apresentados aos egressos, para ver onde estão inseridos estes egressos no mundo do trabalho. Para melhor articular os resultados, foram entrevistados educadores do curso para compreensão do objetivo da renovação do PPC.

A metodologia foi o instrumento para apresentar o objeto, para demonstrar a realidade do curso; além do questionário dos egressos e dos docentes, aplicou-se um questionário para os alunos abandono, tanto os que abandonaram no início do curso, quanto os que o abandonaram do meio para o seu final. O intuito de todos os questionários foi o de apresentar o curso abrangendo todas as possibilidades de análise para uma melhor conclusão.

Sabe-se a importância da leitura para conhecer os fatos; diante disso mostramos também a forma gráfica dos dados para uma melhor interpretação do objeto de pesquisa, com simultânea análise qualitativa, articulando o estudo dos PPC's, dados empíricos das entrevistas, obtidos e detalhados nos quadros e gráficos.

A partir dessas reflexões e estudos, entramos na questão principal do trabalho. A) Onde estão os egressos? B) Exercem a profissão? Quantos? Sim ou não, Por quê? C) Quais as dificuldades no mercado de trabalho? D) Pretendem continuar a se especializar na carreira de professor? Mestrado e doutorado? E) Qual a função do curso de LEDOCCNMCA na vida de cada egresso? f) Qual a sua avaliação em relação ao curso?

Essa pesquisa com os egressos teve o intuito de apresentar o curso, pioneiro, histórico, com funcionamento regular em uma Universidade Federal, mostrando a realidade dos formados na área, relacionando os elementos positivos e negativos, bem como ajudar no debate quando da criação de novas políticas públicas como concursos, formação continuada, material didático, dentre outras.

A entrevista relacionada aos alunos abandono foi realizada por meio de um questionário semiestruturado, com as questões: o curso LEDOC atingiu suas expectativas? Em qual período da Universidade você abandonou o curso? O abandono ocorreu devido a que fator? Abandonou o curso pelo fato de não conseguir passar em alguma disciplina? Qual? Quais? Antes do abandono do curso você chegou a conversar com alguém? Após abandonar o curso você chegou a fazer outra graduação ou optou por trabalhar? Você é/era vinculado a movimento social? Esse tipo de entrevista semiestruturada tem como objetivo nos mostrar os motivos que levaram os acadêmicos (a) a desistirem do curso, considerando o perfil dos ingressantes e da Universidade.

Além das questões para egressos e alunos abandonos, foram ouvidos os responsáveis pelo curso, tanto do novo quanto do antigo PPC, pois eles estão mais tempo à frente dessa luta, que é a Educação do Campo.

Em presença das informações levantadas a partir da entrevista semiestruturada, da análise dos PPCs, do estudo teórico, conseguimos enfatizar qual a realidade da Licenciatura? Quais as qualidades que o curso nos apresenta?

Essa pesquisa parte do pressuposto da realidade concreta, a análise centrou-se na totalidade das dimensões vivenciadas pelos sujeitos, na atual conjuntura, não descolada historicamente de uma estrutura de negação do acesso a terra e à educação.

Destaca-se que este trabalho teve como objetivo principal analisar a Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza, Matemática e Ciências Agrárias. Este estudo diz respeito sobre as portas que o curso abriu para os egressos, não apenas como algo profissional, mas sim para torná-los mais humanos, pois o curso mostra a realidade concreta do campo. Evidencia como os educandos (as) de baixa renda fazem para estudar e ajudar seus pais em casa e a importância dessa educação do campo para o desenvolvimento cognitivo tanto do educando quanto do docente. Sabe-se que a educação é uma via de mão dupla, pois temos muito a ensinar e tanto temos o que aprender com os nossos educandos (as). Depois de explorar a realidade do curso, são mostrados de forma gráfica e conclusiva os dados do curso relacionados com os propósitos dos PPC'S: 2010 e 2018; mostrando a questão de estudantes ingressantes, abandonos e egressos, buscando assim uma conclusão, se o curso é o que os estudantes querem para si e se querem exercer a profissão. Ao mesmo tempo, foi realizado o estudo dos motivos que levaram acadêmicos(as) a abandonarem o curso, se esse abandono é relacionado com a renda, perfil do curso, universidade, dentre outros. Enfim, estamos falando de um curso de Educação do Campo construído pelos sujeitos camponeses para toda a população, especialmente para indivíduos do campo. Não poderíamos deixar de estudar se, de fato, os acadêmicos de uma forma geral como estudantes abandono e egressos são oriundos do campo e se esse vínculo com o campo fez despertar esse interesse pelo curso.

Após a conclusão deste trabalho, esperamos que desperte o interesse pela comunidade e a importância da Educação do Campo, que sofre preconceito pelos intelectuais da educação tradicional. Sabe-se que tudo muda de uma realidade para a outra, de uma região para a outra, e nós, futuros professores, devemos estar preparados para trabalhar com as diversas realidades existentes.

Este trabalho foi desenvolvido em dois capítulos. No primeiro abordando-se o campo da Educação do Campo, a Educação do Campo e as Licenciaturas em Educação do Campo e, no segundo capítulo, foram analisados os PPC'S e levantados os pontos cruciais mostrando a diferença do curso após a sua reformulação, relacionando com as entrevistas realizadas com os docentes. Foram apresentados os dados levantados pelo ASSAE, questionários com os

estudantes abandono e egressos, apresentando-se o curso de forma analítica e processual, como ocorreu o processo formativo, a inserção dos egressos e a evasão, concluindo-se assim o diagnóstico da Licenciatura em Educação do Campo.

2. O PROTAGONISMO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: AVANÇOS E DESAFIOS

Na realização de um trabalho que defende a Educação do Campo, devemos estar ciente de que estamos abertos a críticas, resistências e enfrentamentos, pois, para o Estado, a educação é uma só. Mas, será que essa educação serve para todas as populações, regiões e realidade dos indivíduos?

Diante da realidade do país e das diversas regiões e dificuldade que enfrentamos, sabemos que a educação ofertada pelo governo não consegue abranger cada região, pois é uma educação secundarizada ofertada aos indivíduos para que eles aprendam o necessário para se tornarem cidadãos aptos a servirem à elite dominante. Por esse fato, há uma importância em não se ver a educação como um todo, mas como uma individualidade tornando-a apta a cada realidade.

A Educação do Campo, com a qual concordamos e defendemos, emerge por meio da luta de movimentos sociais, com a finalidade de trazer para o campo uma educação a partir da realidade dos indivíduos, desencadeando assim uma nova educação, originando-se assim uma educação autêntica, transformando vidas e aperfeiçoando o conhecimento, cultura e realidade do povo do campo. Uma educação construída pelos próprios sujeitos, que seja a expressão da realidade e de seus sonhos.

Neste capítulo abordamos qual é o campo da Educação do Campo, qual Educação do Campo e as Licenciaturas em Educação do Campo, fazendo assim um conjunto de ideias baseado nesses três pontos, mostrando os avanços e desafios.

2.1 O CAMPO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Sabemos que o campo brasileiro é caracterizado pela extensão de dois modelos de produção distintos: o agronegócio e o campesinato. Reafirmamos, neste trabalho, que os estudos de Lelis e Junior (2015), Carvalho Robaert e Freitas (2015), Santos (2017), Anhaia (2018), Santos e Molina (2011), Molina e Rocha (2014), Molina (2015), Carmo (2019), Bicalho, Macedo e Rodrigues (2020), Santos, Santos e Jesus (2022), bem como as demais dimensões da vida estão diretamente ligados a esses dois modelos e não seria diferente com a

educação. A Educação do Campo está inserida como uma dimensão de luta e resistência do campesinato. Já a educação convencional está nas cidades, diretamente ligada ao modo de produção capitalista e, portanto, não seria diferente em relação ao modelo de agricultura do agronegócio, sendo vinculado a uma educação a que nem todos possuem acesso e apresentando-se afastada da realidade dos camponeses. Nos estudos realizados, compreendemos que o agronegócio é representado por um setor econômico que envolve uma cadeia de produção alimentar interligando vários setores, como: agricultura, pecuária, indústria, entre outros, e está a serviço diretamente da agricultura capitalista, ou seja, a essência está somente na produção e obtenção de lucros.

O campesinato é visto como uma contradição do agronegócio, pois seu meio de produção não é de base capitalista referindo-se assim a uma coletividade ou grupo social camponês, baseando sua mão de obra no trabalho familiar; sendo autônomo por possuir a posse da terra e produz a sua soberania alimentar e sua própria cultura, ou seja, seu modo de vida. De acordo com Oliveira e Stedile (2005 *apud* LELIS e JUNIOR, 2015, p. 18),

O modo do agronegócio, [...] se baseia na grande propriedade, modernizada, quase sem trabalhadores, usando todo tipo de agrotóxico, monocultura, que não respeita o meio ambiente. E, de outro lado, a agricultura camponesa, baseada em estabelecimentos agrícolas familiares, menores, que se dedicam à policultura (produzem vários produtos), que se dedicam à produção de alimentos, dão trabalho a milhares de pessoas, da família e de fora da família, que produzem e desenvolvem o mercado local e interno.

A palavra agronegócio surgiu para substituir o que conhecíamos como latifúndio, porém sabemos que as duas possuem o mesmo significado. É apenas uma maneira de amenizar o olhar negativo com o qual que a história se reporta ao latifúndio. Fernandes (2013) ressalta que a mudança na nomenclatura de latifúndio para agronegócio tenta amenizar o caráter predador, exploratório e excludente que o latifúndio demarcou, deixando somente o caráter produtivista. Sabemos que o agronegócio é forte e se mantém devido ao baixo juro e ajuda do governo, concentrando assim muitas terras em mãos de poucos e ajuda financeira para que se constitua cada vez mais.

Em contrapartida, o campesinato vindo de luta de movimentos sociais rurais em virtude da luta pela terra, apresenta uma diversificação na sua atividade de produção agrícola, abrindo oportunidades e mão de obra, desenvolvendo o mercado local e alimentação para o seu sustento, como a exploração de mão de obra, utilização de maquinários e intenso uso de agrotóxico. Entre outros pontos, o campesinato vem representando a resistência, a luta do povo por uma vida de melhor qualidade.

Santos (2017, p. 211) diz que [...] “os movimentos sociais defendem que o campo é mais que uma concentração espacial geográfica. É o cenário de uma série de lutas e embates políticos. É ponto de partida para uma série de reflexões sociais”.

O campo defendido por movimentos sociais e a agricultura familiar, não se define apenas por ser um espaço de lucro, mas sim de cultura, mantendo as suas tradições e costumes, tornando-se assim o espaço ideal para nele viver.

É nesse ponto que definimos o campo da Educação do Campo, um campo a partir das origens, cultura e etnias, voltado à realidade do indivíduo, tornando-se um lugar não só onde viver, mas de permanecer naquele espaço; esse espaço de campo que destacamos como um lugar de oportunidades e de modo de vida. Contextualizamos nele a Educação do Campo, articulada aos movimentos sociais, por meio de uma educação de qualidade e do campo; assim como o agronegócio e o campesinato são coisas distintas, a Educação do Campo e a educação convencional ofertada pelo governo também possuem as suas peculiaridades.

A Educação do Campo não existe sem a agricultura camponesa, porque foi criada pelos sujeitos que a executam. Neste sentido, a concepção de campo e de educação deve contemplar o desenvolvimento territorial das famílias que trabalham e vivem da terra. A agricultura camponesa vive em confronto permanente com a agricultura capitalista. E se o agronegócio avança, também avançam os movimentos camponeses na construção de seus territórios. (FERNANDES, [s.d.], não paginado).

Como já citado, a Educação do Campo e a agricultura camponesa andam lado a lado, pois a Educação do Campo está vinculada à realidade do camponês, sendo trabalhada uma educação diferenciada da convencional que é baseada na realidade das grandes cidades, sendo oposta à realidade vivenciada no campo. Assim como as lutas dos movimentos se desenvolvem para conquista da terra e de uma vida de qualidade, o agronegócio se desenvolve para dominação de grandes áreas de terra, e a Educação do Campo luta para que essa educação chegue até aos sujeitos que vivem no campo. Segundo as diretrizes, e reafirmado pelos estudos de Fernandes (2004, p. 137), o campo da Educação do Campo é

(...) lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só o espaço da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terras. O campo é o espaço e território dos camponeses e dos quilombolas. É no campo que estão as florestas, onde vivem as diversas nações indígenas. Por tudo isso, o campo é o lugar de vida e sobretudo de educação.

Esse mesmo autor refere-se para além da visão limitada que muitos de nós possuímos: qual é o campo da Educação do Campo? O campo da Educação do Campo não deve ser visto apenas como um lugar de trabalho e de sustento para a família, e não deve ser voltado à mão

de obra barata e muitas vezes escrava, mas, sim, um lugar de alegria onde se vive e se aprende em comunidade. O campo que apresentamos é um lugar de crescimento, desafios e, acima de tudo, um lugar de desenvolvimento e oportunidades. É no campo que os desafios da Educação do Campo se tornam possíveis.

A Educação do Campo

Constitui-se como luta social pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação (e não a qualquer educação) feita por eles mesmos e não apenas em seu nome. A Educação do Campo não é para nem apenas com, mas sim, dos camponeses, expressão legítima de uma pedagogia do oprimido. (CALDART, 2012. p. 263).

Para o autor citado, a Educação do Campo vem dos movimentos sociais, pensada e construída pelos camponeses, portanto, não é uma educação qualquer, mas sim trabalhada como uma pedagogia dos camponeses que abrange todos os que estão envolvidos nesse meio, na luta pela terra, vida e educação.

2.2 EDUCAÇÃO DO CAMPO: EM MEIO AO SOMBRIO TRADICIONALISMO EDUCACIONAL, FLORESCE A ESPERANÇA

Antes de adentrarmos na Educação do Campo, revisitamos um pouco a história da educação no campo. Apresentamos brevemente a educação rural e a Educação do Campo como uma contraposição do que conhecíamos como educação rural.

Contextualizando a história por intermédio dos conhecimentos de Carvalho, Robaert e Freitas (2015, p. 2):

Para contextualizar a Educação do Campo na atualidade, retrocederemos um pouco na história, resgatando um pouco da Educação Rural. Essa educação tem seu marco com a instituição da pasta da agricultura, comércio e indústria, sob a presidência do marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891). Esse Ministério possuía (*sic*), dentre outras funções, atender estudantes do campo, mas foi somente a partir de 1920 que a sociedade brasileira começou a preocupar-se com uma educação no meio rural de forma mais sistematizada.

Ainda segundo esses autores, devido à falta de projeto de campo, com o início da industrialização tardia no Brasil, houve o movimento migratório, fazendo os trabalhadores rurais migrar para a cidade atrás de emprego para uma melhor condição de vida. E mencionam que a partir desse momento, ocorreu o primeiro movimento da educação camponesa conhecido como ruralismo pedagógico. E esse movimento foi criado com objetivo de manter os filhos dos camponeses no campo em contraponto à escola literária e urbana.

Com os filhos dos camponeses alfabetizados e no campo, havia uma possibilidade de uma educação de qualidade e permanência naquele meio.

A partir desse movimento constituíram-se vários outros:

Em 1931, a IV Conferência Nacional de Educação discutiu as diretrizes da educação no Brasil. Em 1933, deu-se início à campanha de alfabetização na zona rural. Já, em 1935, ocorreu o I Congresso Nacional do Ensino Regional que contribuiu para a fundação da Sociedade Brasileira de Educação Rural no ano de 1937. (CARVALHO, ROBAERT e FREITAS, 2015, p. 3).

Em meio a essas conquistas e outras que não foram citadas, o governo brasileiro, para se contrapor esses movimentos, criou e implementou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), instituído em 1968, projeto com o intuito de fornecer uma educação rural de qualidade, porém chegou no meio rural de forma superficial, não atendendo às expectativas e demandas dos camponeses. Sobre o programa MOBRAL, Santos (2013 *apud* CARVALHO, ROBAERT e FREITAS, 2015) afirma que

Esse programa chegou ao campo de forma ainda mais precária que na cidade e uma inversão no objetivo da educação ofertada ao meio rural. A perspectiva de fixação das populações camponesas no campo foi substituída pelo projeto de expulsão destes indivíduos das terras para dar lugar ao processo de modernização da agricultura em benefício do grande capital. Com a suposição de que o campesinato estaria fadado ao desaparecimento, a educação voltada a estas populações também estaria.(p. 3).

O programa MOBRAL ofertado pelo governo não tinha como intuito educar o camponês, mas sim fazê-lo “desanimar”, não vendo o campo como uma oportunidade de melhoria, mas como algo que não acrescentasse nada à vida. Com o desincentivo do governo e com uma educação próxima ao fracasso, restava para o filho do agricultor ir para a cidade à procura de emprego e melhoria de vida. Com isso, o campo estaria aberto para a modernização da agricultura em benefício do grande capital, abrindo espaço para o que hoje conhecemos como agronegócio: muitas terras em mãos de pouco, tornando assim o rico mais rico.

A educação rural assim conhecida, anteriormente conquistada através da luta do povo do campo, com o intuito de garantir educação para seus filhos sem que precisassem sair do campo, já não apresentava tanta eficácia; a educação era sucateada pelo governo e não atendia à demanda necessária para uma formação de qualidade. Como os professores que atuavam no campo não tinham a formação específica, os conteúdos ficavam fora da realidade dos filhos dos camponeses. Como a educação deixava a desejar, os movimentos sociais se reuniram para discutir qual educação queriam de fato para os seus filhos.

Em 1997, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a organização dos povos indígenas, o novo movimento operário, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT) [...] se reuniram para discutir os problemas encontrados na educação.

Esse processo histórico e político pela educação do meio rural ampliou-se, em 1997, com o Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária do MST, onde foram discutidos problemas da educação dos trabalhadores do campo. A partir desse evento, nasceu a Articulação por uma Educação Básica do Campo e depois o Movimento por uma Educação do Campo. (CARVALHO, ROBAERT e FREITAS, 2015, p. 4).

Com base nesse processo histórico e uma educação defasada, as entidades à frente da situação discutiram os problemas da educação e, a partir desse novo diálogo, nasceu a Articulação por uma Educação Básica do Campo, no Movimento por uma Educação do Campo. A Educação do Campo que apresentamos surgiu a partir da educação rural, vinculada com o campo, sem traços da educação convencional ofertada pelo governo. Ressaltamos que, quando falamos em Educação do Campo, apresentamos uma educação a partir da realidade do indivíduo. Que realidade é essa que ressaltamos tanto?

A Educação do Campo deve ser trabalhada conforme a realidade de cada indivíduo, que possui traços de cada crença e cultura, que une esses valores e conhecimentos do campo juntamente com a educação convencional, tornando-se assim uma educação voltada à realidade do indivíduo.

Além da educação a partir da realidade, a Educação do Campo tem o diferencial de trabalhar a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade, que é uma maneira de conseguir englobar todas as disciplinas juntamente com a realidade, tornando-se assim uma maneira mais prática de absorção do conteúdo.

Ressalte-se então que a educação foi criada e desenvolvida para indivíduos do campo, com o intuito de uma educação a partir de sua realidade, sendo assim uma educação autêntica. Conforme a FETRAF (2007 *apud* ANHAIA, 2018, p.112),

A educação do campo é entendida como demarcação de espaço para a construção de novos métodos e metodologias de educação que considerem as especificidades da agricultura familiar e reconheçam os saberes do povo e parte da realidade dos educandos. O campo é entendido como espaço de “construção da democracia e da solidariedade”.

Quando se refere a uma educação entendida como demarcação de espaço, entende-se que cada “campo” em cada região possui essa construção de metodologias de educação, por

isto frisamos que a educação num contexto geral não pode ser vista como uma só e sim como um conjunto de ideias, crenças, costumes e etnias de cada região.

A Educação do Campo foi criada com o propósito de ensinar conforme a sua realidade, fazendo despertar nos jovens o interesse de estudar e de permanecerem no campo, para ajudar no desenvolvimento da renda da família.

O conceito de Educação do Campo, para além de expressar as tensões do campo vividas pelos trabalhadores, demarca um posicionamento político ideológico, um projeto societário que se vincula à luta de classe trabalhadora. A educação se constitui como estratégia importante para elevar a capacidade teórica dos trabalhadores e passa a ser agenda comum a todos os movimentos sociais do campo, com estratégias. Cabe salientar que a educação embora comum nas políticas de movimentos, terá diferenças tanto na compreensão quanto nos encaminhamentos e ações. (ANHAIA, 2018, p. 121).

Neste sentido, não temos dúvida de que é possível haver mudanças na educação e de forma especial na Educação do Campo, desde que seja respeitado o espaço, o território, o lugar do campo da Educação do Campo. Campo com sujeitos, escolas, produção da vida e da sociedade camponesa como um todo. Mas, para que isso funcione precisa-se de políticas públicas, tais como: escolas no campo, concursos, formação continuada dentre outras. Portanto, não basta criar um projeto coerente, é preciso colocá-lo em prática.

Quando defendemos a ideia de Educação do Campo, floresce a esperança, deixando de lado a educação tradicionalista. Enfatizamos essa educação pelo fato histórico de ser uma nova educação, construída na luta por direitos, e que essa luta é constante e, talvez para quem olhe de fora diga que seus passos são lentos, podemos assegurar que as lutas têm obtido bons resultados, e, entre esses resultados, as escolas do campo possuem professores com formação, aptos a trabalhar a realidade, de forma interdisciplinar na junção da realidade do indivíduo com as disciplinas expressas no curso por meio do domínio comum³. Essa luta de Educação do Campo para os filhos de camponeses juntamente com professores qualificados abriu espaço para o surgimento das Licenciaturas em Educação do Campo, e apontamos sua trajetória e conquistas.

³Domínio Comum: o conjunto de componentes curriculares, dos quais todos os cursos de graduação da UFFS devem adotar o mínimo 420 horas e o máximo 660 horas, com o objetivo de promover: a) a contextualização acadêmica: desenvolver habilidades e competências de leitura, de interpretação e de produção em diferentes linguagens que auxiliem a se inserir criticamente na esfera acadêmica e no contexto social e profissional; b) a formação crítico social: desenvolver uma compreensão crítica do mundo contemporâneo, contextualizando saberes que dizem respeito às valorações sociais, às relações de poder, à responsabilidade socioambiental e à organização sociopolíticoeconômica e cultural das sociedades, possibilitando a ação crítica e reflexiva, nos diferentes contextos. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/graduacao/projetos-pedagogicos/dominios>. Acesso em: maio 2023.

2.3 LICENCIATURAS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA TRAJETÓRIA DE LUTAS E CONQUISTAS

As licenciaturas em Educação do Campo surgiram a partir da proposta de formação de educadores do campo, organizados em movimentos sociais ou não, que se reuniram para discutir a educação que estava sendo ofertada no momento, não satisfeitos com a educação procuraram melhorias e, juntamente com o Ministério de Educação e Cultura (MEC), elaboraram um projeto que aprovou a implementação das Licenciaturas em Educação do Campo. No decorrer deste capítulo abordou-se o processo do surgimento das Licenciaturas em Educação do Campo (LEDOC) juntamente com as principais políticas educacionais conquistadas no decorrer do processo, como o PRONERA, PROCAMPO e PRONACAMPO. Em seguida, focamos nas licenciaturas pilotos implementadas em 2006 pelo MEC, em parceria com universidades, mostrando o diferencial de cada curso e, por fim, apresentamos as LEDOC da UFFS, mostrando como esses cursos estão estruturados na universidade.

Antes de adentrarmos nas licenciaturas, que foi uma conquista a partir da luta dos movimentos sociais, destacamos a importância das políticas públicas apresentando três movimentos da frente da luta de Educação do Campo, trazendo os processos históricos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO) e o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO).

O primeiro que destacamos é o PRONERA, que foi criado em 1997 pelo governo com o objetivo de promover a educação em espaços de reforma agrária, alfabetizando e formando educadores, preparando-os para atuar nos anos finais do ensino fundamental e médio, tanto para o público jovem quanto para o adulto, pois a Educação do Campo é uma oportunidade para todos que vivenciam esse espaço.

O PRONERA foi gestado no I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária, em 1997, para celebrar os dez anos do Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e produzir um balanço dos resultados obtidos nos diferentes níveis de escolarização, até então desenvolvidos (JESUS, MOLINA e SANTOS, 2011, p. 29).

O 1º Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária, que ocorreu em 1997, foi feito para comemorar as conquistas adquiridas até o momento e debater o resultado dos níveis de escolarização desenvolvida até aquele momento. Segundo esses

mesmos autores, observou-se que dezenas de universidades trabalhavam o tema da educação da reforma agrária, “porém era trabalhado isoladamente sem ter o contato com a realidade e que seria possível ter uma parceria para possuir avanços na escolarização nos assentamentos” (*Ibidem*, p. 30). O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária foi instituído em 16 de abril de 1998, por meio da Portaria n. 10/98, do então Ministério Extraordinário da Política Fundiária.

Com o programa instituído e implementado por lei, abriram-se novas portas para a implementação de educação nos assentamentos de reforma agrária.

o objetivo geral do Pronera é promover a educação nos assentamentos de Reforma Agrária, estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais utilizando metodologias específicas para o campo. O Programa começou com alfabetização e formação de educadores assentados; depois, evoluiu para oferta dos anos finais dos ensinos fundamental e médio para os jovens e adultos que se alfabetizavam; na sequência, passou a incorporar parte das demandas da oferta de cursos técnicos profissionalizantes e superiores para os trabalhadores rurais assentados. (MOLINA e ROCHA, 2014, p. 229).

O objetivo geral era de promover projetos educacionais a partir da realidade do campo, das demandas oriundas dos movimentos sociais populares do campo que estimulassem o desenvolvimento dos profissionais aptos a trabalharem a realidade dos jovens e adultos no campo. A partir do momento em que esses profissionais estiveram qualificados, obteve-se assim uma expansão de conhecimento, fazendo a educação além de chegar até os camponeses também trabalhar a sua realidade, ajudando também no desenvolvimento do trabalho agrícola. Molina e Rocha (2014) apresentam como uma das possibilidades o ensino em alternância, garantindo aos estudantes diferentes tempos e espaços alternativos.

O ensino em alternância possibilita essa visão de que o ensino não é compartilhado apenas em sala de aula, mas que todo espaço é uma oportunidade de aprender algo novo. Permite que os jovens em determinado período estudem na Universidade, Tempo Universidade (TU), e em outro período realizem atividades práticas e vivências na comunidade, Tempo Comunidade (TC).

Após a conquista do PRONERA, em 2006 houve a criação do Programa de Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO).

Segundo Carmo (2019, p. 31),

Em 2006, temos um importante marco no que diz respeito à formação de professores: é instituído o PROCAMPO – Programa de Apoio a Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo, através do Ministério da Educação, por intermédio da SECADI, com objetivo de apoiar a implementação de cursos

regulares de licenciatura em educação do campo nas instituições públicas de ensino superior do país. Foi no contexto de luta do PROCAMPO que se debateu e aprovou o projeto das Licenciaturas em Educação do Campo.

Através do Ministério da Educação, o PROCAMPO–permitiu a implementação dos cursos de Educação do Campo nas instituições públicas, o que resultou em um curso permanente, possibilitando a formação de profissionais capacitados para o trabalho docente.

Como parte daquela conjuntura, o Procampo é uma política de formação de educadores, conquistada a partir da pressão e das demandas apresentadas ao Estado pelo Movimento da Educação do Campo. Pautada desde a primeira Conferência Nacional por Uma Educação Básica do Campo – CNEC, realizada em 1998, a exigência de uma Política Pública específica para dar suporte e garantir a formação de educadores do próprio campo vai se consolidar como uma das prioridades requeridas pelo Movimento, ao término da II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, realizada em 2004, cujo lema era exatamente “Por Um Sistema Público de Educação do Campo”. (MOLINA, 2015, p. 150).

A partir do PROCAMPO abriu-se espaço para discussões de Educação do Campo e da capacitação de professores para trabalhar a Educação do Campo.

Com a assinatura do Decreto n. 7.352, de 2010, que instituiu a Política Nacional de Educação do Campo, se impôs a exigência da elaboração de um Programa Nacional de Educação do Campo para dar materialidade às ações nele previstas, e instituiu-se, em 2012, outro GT, que também contou com a participação de membros dos movimentos sociais, para conceber as ações que integrariam o referido Programa. (*Ibidem*, 2015, p. 151).

Em 2010 foi instituída a Política Nacional de Educação do Campo com a elaboração de um programa de Educação do Campo dando materialidade às Licenciaturas em Educação do Campo, tendo-se assim garantida por lei uma Educação do Campo com formação para professores atuarem na área.

Diante dessas conquistas e de muita luta, em 2012 se constituiu o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) com o objetivo de dar apoio financeiro as entidades tanto federais, estaduais e municipais que trabalhassem com a Educação do Campo, ajudando assim na implementação de políticas públicas.

lançado em 2012 pelo governo federal e instituído pela Portaria nº 86, de 1º de fevereiro de 2013, para dar apoio técnico e financeiro aos Estados, Distrito Federal e Prefeituras Municipais, na implementação da política de Educação do Campo, por meio de ações para a melhoria da infraestrutura das redes públicas de ensino, a formação inicial e continuada de professores, a produção e a disponibilização de material específico aos estudantes do campo e quilombolas (BICALHO, MACEDO e RODRIGUES, 2020, p. 20).

O programa lançado para dar suporte e apoio na implementação de políticas públicas de Educação do Campo, não funcionou na prática, pois se sabe que nem todos os estados utilizam-se dessa política e a maioria dos profissionais que atuam no campo não possui a formação de Educação do Campo, deixando assim de trabalhar a interdisciplinaridade e a realidade dos indivíduos, mantendo a educação convencional como modelo, dessa forma afastando os educandos (as) da sua realidade.

A construção do Pronacampo teve como ponto de partida a aprovação no Decreto 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). O Decreto 7.352/2010 é um importante instrumento de definição da concepção do Estado em relação a garantia do direito a educação que contempla as especificidades da vida no meio rural, pois trata da garantia do direito à Educação Básica e Educação Superior no campo, uma vez que prevê a ampliação do investimento no sistema público para a Educação do Campo, assim como a ampliação e a qualificação desta oferta. (*Ibidem*, 2020, p. 24).

O PRONACAMPO constituiu-se como uma garantia dos direitos à educação no meio rural, para trabalhar as especificidades que o campo apresenta. Tendo esse programa como base de direitos, os indivíduos que ali vivem podem acessar uma educação de qualidade que é seu direito, também podem cursar uma educação superior e atuar como profissional Licenciado sem precisar sair do campo.

O PRONACAMPO foi implementado com um conjunto de ações permitindo o acesso à permanência na escola. Seu objetivo era fazer que os jovens vissem a sua cultura, costumes, de uma maneira diferente, que olhassem com mais carinho para o campo. O programa foi “[...] estruturado em quatro eixos: Gestão e Práticas Pedagógicas, Formação Inicial e Continuada de Professores, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional e o eixo de Infraestrutura Física e Tecnológica”. (BICALHO, MACEDO e RODRIGUES, 2020, p. 26).

O projeto piloto das Licenciaturas em Educação do Campo foi desenvolvido em meio a reuniões feitas pelos movimentos sociais, os quais já tinham conquistado o PRONACAMPO e o PROCAMPO. Em seguida a essas conquistas, desenvolveu-se após diálogos com movimentos sociais a proposta do projeto piloto que foi aprovado pelo MEC.

Com o decorrer das propostas e discussões, o MEC aprovou então as Licenciaturas em Educação do Campo.

A implantação dessa política se inicia através de uma experiência piloto, com a construção de quatro cursos que foram realizados a partir dos convites efetuados pelo Ministério da Educação, a partir de indicações de instituições universitárias pelos movimentos sociais ligados à Educação do Campo (UFMG; UnB; UFBA e

UFS), na audiência em que se apresentou a proposta da política a este coletivo. (MOLINA, 2015, p. 151).

De acordo com Molina (2015), os cursos foram ofertados inicialmente para entidades que possuíam experiência na proposta do curso. O que não se repetiu na ampliação para 42 cursos, havendo, entre eles, IES que nunca desenvolveram projetos de ensino, pesquisa ou extensão nesta área de conhecimento.

Com essas experiências piloto ainda em execução, a partir da imensa demanda de formação de educadores do campo e da pressão dos movimentos sociais, o MEC lança editais em 2008 e 2009, para que novas instituições passassem a ofertar a Licenciatura em Educação do Campo, sendo que a partir da concorrência a estes Editais, 32 universidades passaram a ofertar o curso, porém sem nenhuma garantia de sua continuidade e permanência, já que esta oferta através de Editais faz-se através da aprovação nas instituições de ensino superior de projetos especiais, tramitados e autorizados somente para oferta de uma turma (*Ibidem*, p. 151).

Após o MEC apresentar os editais para expandir as Licenciaturas em Educação do Campo, houve discussões nos movimentos sociais. Por ser uma nova licenciatura, a proposta do MEC era ofertar uma turma por universidade. Para os Movimentos Sociais e o Movimento de Educação do Campo, as Licenciaturas deveriam ser ofertadas no decorrer dos anos, tornando-se permanente, garantindo a gerações de sujeitos do campo uma educação de qualidade a partir das suas necessidades e especificidades.

Diante desse processo histórico e inovador, pode-se dizer que a educação do campo já é uma grande conquista por parte dos movimentos; mas não é o suficiente para que se concretize e funcione na prática. Precisamos de concursos, formação continuada, infraestruturas, materiais didáticos e pedagógicos adequados nas escolas do campo.

Por meio de muita resistência emergiu uma nova educação, a educação no e do campo, para que houvesse pessoas qualificadas para ensinar no campo. As Licenciaturas em Educação do Campo conhecidos como LEDOC's, para MOLINA (2017, p. 590) “[...] as LEdoCs são planejadas considerando-se a luta de classes no campo brasileiro e colocando-se como parte e ao lado do pólo do trabalho, assumindo e defendendo a educação como um direito e um bem público e social”. Para esse autor, precisamos entender primeiramente a que essa Educação do Campo se refere e depois adicionar perspectivas de formação docente.

Ao contrário da lógica da escola capitalista, a Educação do Campo tem-se pautado por uma matriz formativa ampliada que comporta diferentes dimensões do ser humano. Nessa perspectiva, a escola deve desenvolver com extrema competência o intelecto dos sujeitos que educa, mas não pode se furtar a trabalhar igualmente a formação de valores, o desenvolvimento político, ético, estético e corpóreo de seus educandos. A matriz formativa da educação campestre parte do princípio dela como formação humana, recusando a matriz estreita e limitada da escola capitalista, cuja

lógica estruturante é a produção de mão de obra para o mercado (MOLINA, 2017, p. 591).

A matriz formativa da Educação do Campo, proposta para as licenciaturas em Educação do Campo, visa o desenvolvimento de um trabalho multidisciplinar universal e singular, trazendo a cultura, etnia, costumes, voltando a escola e seus ensinamentos à realidade do aluno que ali vive. Essa é a diferença da escola do campo para a escola capitalista que foca apenas no conhecimento técnico, deixando de lado a formação humana e focando no ensino voltado para o mercado de trabalho.

De acordo com o artigo escrito por Molina (2021), as Licenciaturas em Educação do Campo em si possuem o intuito de permitir a construção da Educação do Campo da melhor forma possível, com pessoas competentes e bem formadas.

Ao estudarmos as Licenciaturas com base nos trabalhos desse mesmo autor, compreendemos o percurso histórico. O curso de licenciatura em Educação do Campo, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e na Universidade de Brasília (UnB), propiciou as experiências piloto do curso de Educação do Campo por meio da pedagogia da alternância, possibilitando aos acadêmicos ter vivência em Tempo Universidade (TU) e Tempo Comunidade (TC). O objetivo do curso de alternância é que o jovem consiga trabalhar a realidade dos indivíduos enquanto estudante. Para uma melhor compreensão dessa realidade, a alternância possibilita a esses acadêmicos aprender na prática as dificuldades, a cultura e a realidade do meio, tendo assim uma oportunidade de vivência e, essa vivência possibilita a junção de universidade, escola, comunidade (campo) como espaços educativos, podendo oferecer uma educação emancipadora, crítica e integrada com o seu modo de vida.

O curso ofertado pelo MEC como experiência piloto em 2007, como já citado anteriormente, é um curso que trabalha o regime de alternância entre Universidade e tempo comunidade. Esse tempo comunidade vai além das teorias aprendidas em sala de aula no tempo universidade; é o momento de o acadêmico conhecer a realidade da comunidade, podendo assimilar os conhecimentos do cotidiano e o conhecimento científico, concatenando os conhecimentos e colocando-os em prática.

A matriz curricular do curso foi organizada por área do conhecimento e estruturada em três núcleos que articulavam conteúdos básicos, específicos e integradores.

Molina (2011 *apud* MOLINA, MARTINS e ROCHA, 2021) menciona que

Após cinco anos de seu início, a UnB concorreu ao Edital nº 2/2012, da Secadi, potencializando as condições estruturantes da oferta dessa Licenciatura na instituição. A aprovação da LEdoC/UnB no referido Edital possibilitou a

contratação, por meio de concurso público, de mais 15 professores efetivos para atuarem na Licenciatura em Educação do Campo. A concorrência no edital contribuiu com a maior estruturação do curso, que conta atualmente com um quadro de 28 professores permanentes (13 já lotados no curso à época da referida concorrência e mais 15 que ingressaram após a aprovação da LEdoC/UnB no edital). Houve um desmembramento da área de Ciências Naturais e Matemática, transformando-a, com a contratação dos novos docentes, em área de habilitação específica da LEdoC/UnB, que passou a contar com três habilitações: Ciências Naturais; Matemática; Artes, Literatura e Linguagens (UnB, 2018). (p. 12).

Após cinco anos da aprovação pelo MEC, a UnB desencadeou o Edital n. 2/2012, da Secad, possibilitando à universidade recursos para potencializar a estrutura da instituição. Com esse novo edital e novos recursos, a universidade pode contratar novos profissionais através de concurso público, tendo assim mais 15 professores efetivos atuando na licenciatura. Pelo fato de o edital ter aberto as portas para os professores, também permitiu que o curso tivesse uma melhor estruturação, passando a ter 28 professores permanentes. Ter 28 professores concursados é uma grande conquista. Além dessa reestruturação, o curso teve um desmembramento da área de Ciências Naturais e Matemática, abrindo espaço para habilitação em Ciências Naturais, Matemática, Artes, Literatura e Linguagens.

A LEdoC/UnB funciona em período integral, e seu Tempo Universidade (TU) dura 60 dias, período em que são realizadas variadas atividades acadêmicas nos três turnos para a integralização da carga horária prevista no respectivo semestre letivo. As atividades do Tempo Comunidade (TC) buscam uma articulação orgânica entre o processo formativo do TU e a realidade específica das populações do campo que a frequentam. (*Ibidem*, 2021, p. 12).

Os conteúdos trabalhados no Tempo Universidade necessariamente estão conectados com o Tempo Comunidade, desafiando assim os estudantes a articular conhecimento teórico e prático com os conhecimentos da comunidade.

A Licenciatura em Educação do Campo é o único curso de graduação permanente organizado em alternância na UnB, e esse fator tem relevantes implicações políticas e de aprendizados internos para a própria Universidade, além de significar também a necessidade de superação de muitos desafios necessários à sua consolidação, para que suas especificidades não sejam subsumidas dentro da organização estrutural dos fluxos regulatórios da instituição. (*Ibidem*, p. 12).

O curso leva a nomenclatura de Educação do Campo indiferente de ser alternância ou não. Evidencia as dificuldades encontradas durante o processo. Além do olhar negativo da parcela da comunidade que comunga com a educação tradicional, os cursos sofrem preconceitos, contribuindo para que alguns de seus acadêmicos migrem para outros cursos.

O curso de Licenciatura em Educação do Campo do projeto piloto apresenta três eixos de atividades articuladas.

São três os eixos de atividades articuladas: 1) Inserção Orientada na Escola (IOE); 2) Inserção Orientada na Comunidade (IOC); 3) Tempo de Estudos (individual e coletivo). Esses três eixos de atividades articulam-se nos Seminários Territoriais de Tempo Comunidade, que são planejados e organizados em conjunto pelos docentes do curso e pelos educandos em suas comunidades e escolas (UnB, 2018). Sobre a natureza, os objetivos e os princípios do Tempo Comunidade (TC), definiu-se na reformulação do PPP da LEdoC/UnB que é necessário considerar os seguintes elementos: 1) o TC não deve ser confundido com um momento de a Universidade assumir o protagonismo da organização comunitária local, mas de estreitamento de vínculos entre a instituição e a comunidade; 2) no TC devem ter preferência atividades voltadas à ampliação da compreensão crítica da realidade local; 3) o TC é também um espaço privilegiado para experiências de organização coletiva vinculadas ao território. (MOLINA, MARTINS e ROCHA, 2021, p. 13).

O curso articula esses três eixos: 1) Inserção Orientada na Escola: nesse primeiro eixo destaca-se que não se deve confundir os momentos, pois no Tempo Comunidade a Universidade não assume o protagonismo da organização comunitária, ou seja, a universidade está ali presente para consolidar vínculos com a comunidade, criando assim uma ligação e se aproximando da realidade. No segundo eixo: 2) Inserção Orientada na Comunidade: no Tempo Comunidade (TU) os acadêmicos fazem uma ligação entre os conhecimentos científicos com o da comunidade, compreendendo assim a realidade local, podendo ajudar no desenvolver do conhecimento. E, por fim, o terceiro eixo: 3) Tempo de Estudo (Individual e coletivo): o Tempo Comunidade é um espaço para experiências de organização coletiva vinculada à realidade do território, onde o estudante consegue absorver os conhecimentos vividos em comunidade no modo coletivo e individual.

Esse modo de alternância do curso possibilita que o estudante apresente seminários, palestras, aula na escola que o estudante escolheu para ter o seu TC, possibilitando assim experiência como futuro professor, tendo desenvolvimento na sua formação.

Na Universidade Federal de Minas Gerais obteve-se como curso experimental a Licenciatura para Educadores do Campo (LECampo)

A LECampo/UFMG teve início em 2005 como curso experimental e ofertado novamente em 2008. Em 2009 passou a integrar a matriz regular de oferta da Universidade. O projeto da versão de 2005 foi implantando em parceria entre a faculdade de Educação da UFMG, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), via Pronera. Essa implantação teve como meta habilitar 60 educadores para a docência multidisciplinar nas séries iniciais do Ensino Fundamental e por área do conhecimento nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. (*Ibidem*, 2021, p. 16).

O primeiro curso foi ofertado em 2005, com uma parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e o

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Esse movimento ocorreu via PRONERA e, após três anos, uma houve nova oferta do mesmo curso. Essa prática do curso tinha o intuito de formar 60 profissionais para trabalhar a multidisciplinaridade nas séries iniciais do ensino fundamental e nas séries finais do ensino fundamental e médio.

Rocha e Martins (2012 *apud* MOLINA, MARTINS e ROCHA, 2021) salientam que

O Projeto 2008 foi instituído a partir de convite formulado pelo MEC à UFMG, por intermédio da Secretaria de Educação Superior (SESu) e da Secadi a fim de desenvolver um projeto-piloto de Licenciatura em Educação do Campo. Foram também convidadas a Universidade Federal de Sergipe, a Universidade Federal da Bahia e a Universidade de Brasília. As instituições foram indicadas em consequência do acúmulo acadêmico demonstrado, com base nos critérios de experiência em formação de educadores do campo, na implementação de licenciatura por área de conhecimento e/ou experiência em gestão compartilhada com os sujeitos do campo e suas representações. (p. 16).

Dizem esses mesmos autores que “Na FaE/UFMG, o projeto foi discutido e elaborado em parceria com doze movimentos sociais, três secretarias municipais de educação e com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater/MG)” (p. 16).

Esse projeto, com parceria de movimentos sociais, secretarias, empresa de assistência e extensão rural, foi desenvolvido para filhos de indivíduos que compõem esses mesmos grupos. O processo seletivo abrangeu 12 grupos distintos voltados a movimentos sociais. O curso teve a duração de quatro anos, com 73 acadêmicos licenciados por área de conhecimento nos anos finais do ensino fundamental e médio. O curso se regularizou em 2009, sendo ofertado anualmente.

A LECampo/UFMG passou a contar com uma entrada anual de 35 alunos, habilitando professores para a docência num currículo organizado por áreas do conhecimento: Ciências Sociais e Humanidades, Letras e Artes, Ciências da Vida e da Natureza, e matemática. O curso se organiza em tempos e espaços diferenciados. São 3.000 horas de formação com duração de quatro anos. A oferta das habilitações não é simultânea, isto é, a cada ano é ofertada uma área. (*Ibidem*, p. 17).

O curso ofertado anualmente possui turmas com 35 alunos, habilitando professores por área do conhecimento.

A maioria dos Cursos de Educação do Campo abrange várias áreas no mesmo tempo. O diferencial da UFMG é que cada ano é ofertada uma área diferente, tendo como opções as formações de: Ciências Sociais e Humanidades, Letras e Artes, Ciências da Vida e da Natureza e Matemática.

Molina (2021) destaca que os egressos vêm atuando na área do campo; alguns como professores ou como parte dos sindicatos, movimentos e associações comunitárias. É importante destacar essas possibilidades de atuação, mostrando as possibilidades para os egressos.

Destacando os limites e possibilidades:

Movimento da Educação do Campo, ao longo de mais de duas décadas de luta, vem se estruturando por princípios, práticas e conceitos produzidos a partir da materialidade de suas ações num processo dialético de ação-reflexão-ação produzido no âmbito dos movimentos sociais e sindicais, nas universidades, nos seminários, nos debates e em publicações que mobilizam sujeitos e suas organizações sociais em todas as regiões brasileiras. (MOLINA, MARTINS e ROCHA, 2021, p. 20)

Esses princípios e práticas produzidos a partir de suas ações destacam-se pelo fato de poder agregar na trajetória, na perspectiva da educação do campo, enfatizando as possibilidades de uma formação humana, a materialização da educação como um direito do indivíduo possuindo uma perspectiva emancipatória, tendo assim um convívio familiar, comunitário agregando na sua formação humana e social.

O curso de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal da Bahia (UFBA) tem como intuito formar pessoas capacitadas a trabalhar a realidade dos seus alunos.

Abordamos as especificidades do curso, apresentando os limites e possibilidades dessa experiência piloto na Educação do Campo.

Segundo Anunciação, Neto e Moradillo (2015, p. 245), na Universidade Federal de Bahia o Curso de Licenciatura em Educação do Campo abrange as áreas de “Ciências da Natureza e Matemática, Ciências Agrárias, Ciências Humanas e Sociais, Linguagens e Códigos, Tecnologias da Informação e Comunicação [...]” que “[...] Os complexos temáticos gerais escolhidos para trabalhar no curso envolvem o homem na sua relação com a Educação, Trabalho, Sociedade e Natureza”.

A proposta Pedagógica do Curso é habilitar professores para trabalhar com o ensino fundamental (6º ao 9º ano) e ensino médio (1º ao 3º ano) nas escolas do campo, tendo a opção de escolher dentre as áreas de formação que o curso oferta.

O curso foi organizado em nove semestres letivos, sendo os cinco primeiros comuns a todos os estudantes e os quatro últimos semestres referentes a uma área específica. Das cinco áreas iniciais, que faziam parte do núcleo comum, apenas duas foram escolhidas para aprofundar os estudos a partir do sexto semestre letivo: Ciências da Natureza e Matemática e Linguagens e Códigos. (*Ibidem*, p. 245).

O curso ofertado na UFBA é organizado em nove semestres, ou seja, quatro anos e meio, com seu diferencial de os alunos cursarem cinco semestres com as disciplinas ofertadas pela grade curricular e, nos quatro últimos ter a opção de escolher em qual área se especificar para atuação, tendo assim, um melhor aprofundamento no conhecimento.

Mencionam ainda esses mesmos autores que “[...] A Licenciatura em Educação do Campo da UFBA formou sua primeira turma em abril de 2013, com 46 estudantes. Desses, 31 optaram pela área de Linguagens e Códigos e 15 pela área Ciências da Natureza e Matemática” (p. 245).

Nas áreas de Ciências Agrárias, Ciências Humanas e Sociais, Tecnologias da Informação e Comunicação não houve procura por parte desta primeira turma, o que nos faz questionar porque não há procura nessas áreas? Dificuldade na formação? Atuação? Falta de mercado de trabalho? Para encontrar respostas a estas perguntas teríamos que nos aprofundar no curso, mas o objetivo não é este e sim apresentar um pouco da experiência piloto do Curso de Educação do Campo.

Os cursos de Licenciatura em Educação do Campo têm como objeto a escola de Educação Básica, com ênfase na construção da Organização Escolar e do Trabalho Pedagógico para os anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Os cursos objetivam preparar educadores para, além da docência, atuar na gestão de processos educativos escolares e na gestão de processos educativos comunitário. (MOLINA, 2015, p. 152).

Os cursos são apresentados de maneira presencial (semestre regulares) ou alternância (tempo escola e comunidade).

O curso da Universidade Federal de Sergipe (UFS) assim como os outros cursos do projeto piloto tinha o intuito de formar professores para atuar no campo, apresentando uma diversidade pedagógica necessária para o desenvolvimento humano e social. No curso eram desenvolvidas estratégias multidisciplinares abrangendo várias séries e disciplinas das áreas do conhecimento, tendo assim uma expansão da educação básica do campo voltada para aqueles que sofrem preconceito por desigualdade social.

O curso era destinado, prioritariamente, a professores em exercício nas escolas do campo, a professores que atuavam nos centros de Alternância ou em experiências educacionais alternativas de Educação do Campo, a profissionais que tivessem o ensino médio concluído e que atuassem em programas governamentais, tais como PRONERA, Saberes da Terra, Brasil Alfabetizado e, aos beneficiários da agricultura camponesa, conforme explicitava o Relatório do Projeto do Curso. (SANTOS, SANTOS e JESUS, 2022. p. 13).

O projeto do curso tinha suas especificidades, tornando assim o projeto destinado a indivíduos do campo com ensino médio completo, com os professores trabalhando no modo alternância, ou com experiências educacionais alternativas de Educação do Campo, com o diferencial de que esses sujeitos podiam ser vinculados a movimentos sociais, como o PRONERA, Saberes da Terra, entre outros.

O projeto abrange esse público do campo para que, além da educação do campo, a educação seja no campo, pois quem vive nesse meio possui um conhecimento amplo da sua realidade e, com o ensino superior, consegue trabalhar da melhor forma a educação do campo.

Conforme Jesus e Santos (2011 *apud* SANTOS, SANTOS e JESUS, 2022, p. 13),

O curso de Licenciatura em Educação do Campo, sob a responsabilidade do Departamento de Educação da UFS, tem o período de quatro anos para integralização de todas as disciplinas e oferece duas áreas de concentração: Ciências Humanas e Sociais e Ciências da Natureza e Matemática. Os estudantes do curso são oriundos de 24 municípios, sendo 23 de Sergipe e um de Alagoas.

O curso de Licenciatura em Educação do Campo ofertou o curso nas áreas de Ciências Humanas; Sociais, Ciências da Natureza e Matemática, aprovando 50 acadêmicos dos 24 municípios. Ressalta Santos (2022, p. 13) que “[...] O processo seletivo contou com um vestibular especial, em que 217 candidatos se inscreveram e 50 foram aprovados, sendo que dois não fizeram a matrícula e, no fim dos primeiros módulos, cinco desistiram, restando ao final do curso 43 estudantes”.

O enfoque do curso no PPP propunha-se, dentro de uma lógica de quatro núcleos – conteúdos profissionais, conteúdos básicos, núcleo de estágio e conteúdos complementares –, e uma monografia no final do curso. A duração era de quatro anos, com um total de 222 créditos, distribuídos em doze módulos, sendo 206 créditos obrigatórios e 16 créditos optativos, com uma carga horária de 3.330 horas. Uma das diferenças do curso estava no seu trabalho por área, construído a partir de debates por diversos profissionais das licenciaturas com enfoque transdisciplinar de modo que os futuros professores pudessem trabalhar as questões problematizadas no contexto da questão agrária, buscando respostas às problemáticas na sua totalidade. (SANTOS, SANTOS e JESUS 2022, p. 14).

O curso era de quatro anos e nele eram trabalhados os conteúdos profissionais, básicos estágio e, para a conclusão, uma monografia no fim do curso. Nesse período os acadêmicos frequentavam uma carga horária de 3.300 horas, incluindo optativas e créditos obrigatórios. Os estágios propostos pelo curso eram realizados em escola/comunidade para um melhor desenvolvimento do indivíduo enquanto aluno e futuro professor.

A partir dessas quatro instituições do projeto-piloto, houve a expansão do curso para as demais entidades, com a Universidade Federal da Fronteira Sul abrindo as portas com o

curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Naturais, Matemática e Ciências Agrárias, o qual passou por um processo de reformulação do PPC, tornando-se Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza- Licenciatura. Além deste curso, a universidade oferta também o curso de Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Humanas e Sociais.

Os dois cursos de Interdisciplinar em Educação do Campo têm o objetivo de formar professores capacitados para atuar na educação básica, nas áreas que abrangem as Ciências da Natureza (Ciências, Biologia, Física e Química), comprometidos com o desenvolvimento educacional, social, cultural, econômico dos sujeitos que vivenciam o campo.

O curso das Ciências Naturais ou Ciências da Natureza é ofertado de modo noturno, mas já foi ofertado pela instituição no modo integral. Esse curso capacita professores a trabalharem no campo nas disciplinas de Física, Química, Ciências e Biologia nos anos finais do ensino fundamental. O curso tem duração de nove semestre presenciais, com cinco estágios, quando os alunos se aproximam mais das escolas e dos alunos para ter conhecimento da realidade das escolas do campo e dos seus alunos. Além dessa interação com os alunos, também há as regências aplicadas em sala de aula com supervisores tanto do colégio como da UFFS. Os estágios são obrigatórios, com pelo menos duas regências em cada disciplina. No fim dos estágios um relatório deve ser elaborado e entregue para compor a nota do aluno.

Além do curso citado acima, a universidade oferta o curso de Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas.

O Curso de Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura pretende formar profissionais capacitados para atuarem nas escolas do campo tanto na gestão destas escolas e demais processos educativos, quanto na docência na área de conhecimento de sua formação. Com este curso, pretende-se reforçar o vínculo da educação com a realidade da região e com os anseios dos movimentos e organizações locais, auxiliando no desenvolvimento econômico, social e cultural, promovendo processos educacionais que motivem a permanência do jovem na região/campo com alternativas profissionais, econômicas, de lazer, promovendo maior qualidade de vida no Território Cantuquiriguaçu. (PPC, 2013, p. 4).

O curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas forma e capacita profissionais para atuarem nas disciplinas de Geografia, História, Sociologia, Filosofia, com ênfase na construção do trabalho escolar e do trabalho pedagógico para os anos finais do ensino fundamental e ensino médio. O curso tem como objetivo preparar educadores para uma atuação profissional que vai além da docência, dando conta da gestão dos processos educativos que acontecem na escola e no seu entorno. É ofertado pela universidade em forma de alternância, tendo os alunos seu momento universidade e comunidade, estando perto da

realidade dos alunos. Dividido em nove semestres, integral e em alternância, com seus estágios obrigatórios, nos quais os acadêmicos se preparam para as regências em sala de aula. Esses estágios são voltados às disciplinas em que o aluno pode atuar enquanto professor e no fim dos estágios apresenta-se um relatório para obtenção de nota.

Em ambos os cursos de Licenciatura em Educação do Campo é exigido o Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), que deve ser submetido a uma banca examinadora. Porém, de todos os cursos, são os que possuem menos procura por parte da comunidade externa.

Como diferencial dos cursos da UFFS, comparados com os do projeto piloto, podemos perceber que possibilita uma formação mais ampla, no sentido dos acadêmicos e futuros professores saírem com formação em todas as disciplinas que o curso oferta, tanto nas humanas e sociais (Geografia, História, Sociologia, Filosofia) quanto nas Ciências da Natureza (Ciências, Biologia, Física, Química) não possuindo uma especialização em apenas uma disciplina.

Esse amplo campo de trabalho ofertado pelas licenciaturas permite que o aluno possua mais de uma opção de atuação, caso não se identifique com uma disciplina.

Ambas as Licenciaturas em Educação do Campo têm o mesmo objetivo: formar educadores para atuar no campo, indiferente das áreas que elas abrangem. E todas estão interligadas e juntas no propósito da formação do sujeito do campo tanto na formação pessoal quanto profissional.

3. PROJETOS POLÍTICOS DOS CURSOS (PPC): INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS NATURAIS, MATEMÁTICA E CIÊNCIAS AGRÁRIAS/ INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS DA NATUREZA.

Este estudo evidencia as similaridades e as contradições dos PPC's dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo ofertados pela UFFS, no *campus* de Laranjeiras do sul. Nosso objetivo foi o de apresentar o projeto de forma que se possa entender os motivos que levaram os coordenadores do curso a reformular o PPC e o que mudou, desde quando foi ofertado o curso até os dias atuais. Diante dessa reformulação e dos estudos, apontaremos se houve aprimoramento do curso ou se ocorreu a criação de uma nova Licenciatura em Educação do Campo.

De acordo com o seu PPC, o curso Interdisciplinar em Educação do Campo, Ciências Naturais, Matemática e Ciências Agrárias iniciou-se no *Campus* de Laranjeiras do Sul em 2010, com o PPC aprovado em 1º de novembro desse mesmo ano.

A resolução n. 13/CONSUNI/UFFS/2018, de 19 de setembro de 2018, extinguiu o curso Interdisciplinar em Educação do Campo, Ciências Naturais, Matemática e Ciências Agrárias em seu art. 1º e cria, no artigo 2º, o curso, Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza - Licenciatura.

Além da análise do projeto, para um melhor aprofundamento do conhecimento do curso, desenvolveram-se questionários quantitativos e qualitativos com o intuito de ouvir a opinião dos alunos abandono, egressos e professores, tendo assim três pontos de vista imprescindíveis para a conclusão dessa pesquisa. O questionário dos alunos abandono obteve 10 respostas, os egressos totalizaram em 12 respostas e, por fim, cinco professores responderam à pesquisa. Ressaltamos que o resultado da pesquisa foi obtido por amostragem, tendo em vista o baixo retorno.

Primeiramente, destacamos dados levantados pela Assessoria de Assuntos Estudantis (ASSAE), que contribuíram significativamente para o despertar deste estudo, mostrando o número de estudantes, abandono e egressos. Estes dados foram decisivos para indagarmos acerca da materialidade da Licenciatura em Educação do Campo. Em seguida, compararam-se os PPC's, verificando-se as similaridades e contradições, apontando o que os dois cursos apresentavam em termos de qualidade e, posteriormente, por meio de uma entrevista semiestruturada, a opinião dos professores, tendo-se uma visão geral do curso como um todo, apresentando suas contradições e similaridades, os seus limites e desafios.

3.1 SIMILARIDADES E CONTRADIÇÕES DOS PPC'S: LIMITES E DESAFIOS

Antes de adentrarmos nas similaridades e contradições, exalta-se a importância de saber a originalidade do curso de Interdisciplinar em Educação do Campo, seu objetivo e em qual região se situa:

Curso de Graduação Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Naturais, Matemática e Ciências Agrárias – Licenciatura é uma proposta nova, com quatro experiências pilotos desenvolvidos desde 2006 formando por áreas do conhecimento. Na UFFS em Laranjeiras do Sul o curso está direcionado às áreas de Ciências Naturais e Matemática e Ciências Agrárias. Um dos objetivos fundamentais do curso é o de formar professores para as escolas do campo que valorizem o espaço rural como produtor de vida, cultura, riqueza e conhecimentos e que desenvolvam formas de educação e ensino adequadas à realidade rural. A formação por áreas do conhecimento pretende aproximar a escola e o conhecimento da realidade, possibilitando a leitura crítica e interdisciplinar do mundo e superar a fragmentação do saber e sua extremada abstração. (PPC, 2010, p. 5).

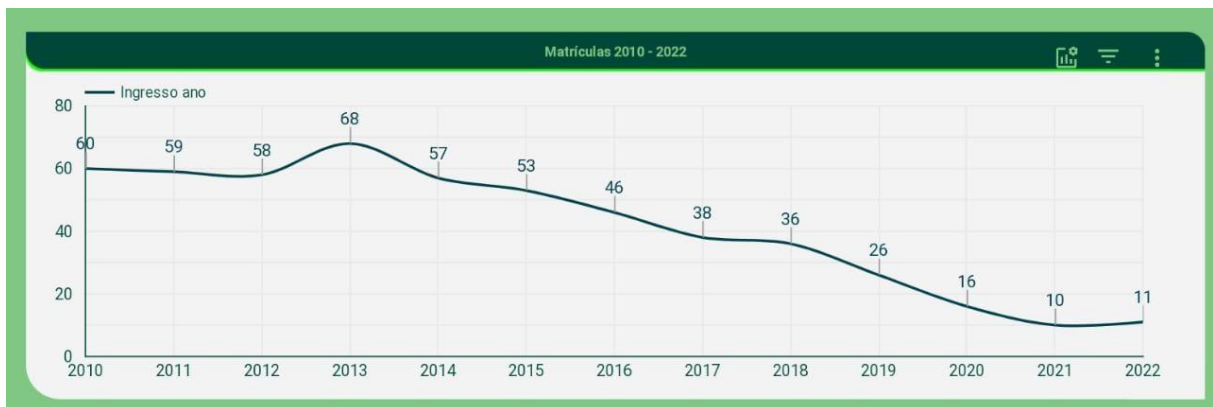
O curso de Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Naturais, Matemática e Ciências Agrárias, ofertado pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), em Laranjeiras do sul, oriundo do projeto piloto desenvolvido em 2006 pelo MEC, forma profissionais por áreas do conhecimento. O curso citado originou-se em 2010 na universidade abrangendo as áreas Ciências Naturais, Matemática e Ciências Agrárias, com o objetivo de formar professores para atuarem nas escolas do campo, valorizando o espaço, cultura, etnias, entre outros.

De acordo com o PPC (2010), as primeiras ofertas do curso eram de modo integral e possibilitaram 30 vagas no primeiro semestre e 30 vagas no segundo semestre, com a duração de 9 semestre presenciais totalizando uma carga horária de 3.405 horas.

Oriundo da experiência piloto e ofertado em uma universidade localizada em um assentamento, inicialmente com turmas cheias, com a maioria das vagas preenchidas, sofreu uma queda nas matrículas com o passar dos anos. Na figura 1, a seguir, estão assinalados os dados levantados pela Assessoria de Assuntos Estudantis (ASSAE), demonstrando a totalidade de matriculados no *campus*.

A partir disso, na Figura 1 nota-se a totalidade de ingressantes no curso por ano. Nota-se que, no primeiro ano de oferta que ocorreu em 2010, o curso atingiu suas expectativas completando 60 matriculados, já em 2011 o curso atingiu 59 vagas preenchidas, o que foi uma conquista para a universidade, pelo fato do curso ainda estar em fase de aprovação pela comunidade externa.

Figura 1 - Ingressos no curso no período de 2010 a 2022.



Fonte: Site da UFFS (2023).

Em 2012, o curso teve 58 vagas preenchidas, das 60 que eram ofertadas anualmente.

Os dados que chamam atenção foram observados no ano de 2013, com 68 vagas preenchidas, percebendo-se que o curso foi aprovado pela comunidade externa, abrindo oportunidades para os estudantes. Contudo, de 2014 em diante apresentou um declive nas matrículas, o que ocorreu com mais frequência no decorrer dos anos, com apenas 11 matriculados em 2022.

De 2010 a 2018, o curso e os dados apresentados referem-se à Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo, Ciências Naturais, Matemática e Ciências agrárias. Em 2019, já com a reformulação do PCC, o curso torna-se Interdisciplinar em Educação do Campo, Ciências Naturais, percebendo-se que o declive aumentou consideravelmente, tornando-se assim um objeto desta pesquisa.

Para além dos dados apresentados na Figura 1, demonstramos a quantidade de egresso por ano, pois não basta preencher o número de vagas, e sim formar cidadãos qualificados e capacitados. A Figura 2 (p. 40), a seguir, traz os dados de alunos matriculados com a quantidade de egressos anualmente, evidenciando o fluxo acadêmico no período considerado.

Dos 60 matriculados em 2010, a figura mostra que 7% dos estudantes conseguiram concluir a formação em nível superior e 53% dos alunos abandonaram o curso. Em 2011, houve um abandono de 38%, formando 20% dos estudantes. Em 2012, ocorreu um abandono de 45%, formando apenas 12%. Já em 2013, 57% evadiram-se, formando apenas 10%. De 2014 em diante, os dados não mostram a quantidade de egressos.

Figura 2: Índices de evasões, egressos e ativos do curso por ano.



Fonte: Site da UFFS (2023).

Outro ponto crucial destacado na figura são os ativos, ou seja, estudantes que não conseguiram concluir o curso no período de 4 anos e meio, mas que continuaram em busca da formação. Os anos de 2016, 2019, 2020 são os anos que mais apresentam matrículas ativas em busca da formação.

Através destes dados levantados pela Assessoria de Assuntos Estudantis (ASSAE), percebeu-se que o curso veio perdendo interesse por parte da comunidade, com poucos interessados na área, o que despertou o interesse em pesquisar os motivos que levam os estudantes a abandonarem o curso.

Devido ao alto número de desistência, os professores, coordenadores e participantes da comunidade reuniram-se para discutir a necessidade de uma reformulação do PPC em 2018, com a intenção de que essa reformulação atraísse mais interessados pelo curso. Sua reformulação traz consigo uma nova nomenclatura: Interdisciplinar em Educação do Campo, Ciências da Natureza- Licenciatura, perdendo assim a formação em disciplinas específicas como Matemática e Ciências Agrárias. O novo PPC apresenta a seguinte justificativa:

Com base na dificuldade de se formar um aluno em duas áreas do conhecimento que congregam as disciplinas de Química, Física, Biologia, Matemática e a área de Ciências Agrárias e no fato de que a oferta dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo, que desde 2012 (Edital N° 2 de 31 de agosto de 2012 do MEC) se dá por meio de quatro áreas: área de Ciências da Natureza, área da Matemática, área de Ciências Humanas e Sociais e área de Linguagens e Códigos, foi feito um esforço no sentido de ajustar e limitar a oferta do curso (mesmo um curso com oferta regular desde 2010) em apenas uma área do conhecimento, ou seja, a área de Ciências da Natureza. Outra justificativa para escolha desta área foi a participação desigual das áreas, e como já discutido com um maior peso para a área de Ciências da Natureza. Como este ajuste acarretava em alteração na área de atuação e formação, avaliou-se a necessidade de criação do curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza em detrimento do curso Interdisciplinar em Educação no Campo. (PPC, 2018, p. 23).

Entende-se que a reformulação ocorreu pelo fato da dificuldade de formar em duas áreas do conhecimento, que agregavam as disciplinas de Física, Química, Biologia, Matemática, e Ciências Agrárias e, além disso, o curso era ofertado de modo regular desde 2010. Além da reformulação o modo da oferta passa de integral para noturno, com o intuito de diminuir a evasão e aumentar sua procura.

Com base nos dados de alunos abandono, egressos e reformulação do PPC, buscou-se a apresentar as similaridades que ambos os cursos apresentam especificamente as disciplinas de tronco comum, conexo e específico, porém com algumas contradições. Além das disciplinas que compõem a matriz curricular, o curso apresenta estudos de pesquisa e extensão para uma formação mais ampla de conhecimento, que tem como propósito formar sujeitos e profissionais que saibam interpretar e entender a realidade, tornando-o mais humano e profissional.

Assim, como a pesquisa e extensão, as disciplinas de domínio comum são ofertadas para todos os cursos da universidade, despertando um novo olhar nos acadêmicos no aspecto mais humano. As disciplinas de tronco conexo possibilitam uma formação voltada à docência, contemplando uma formação e atuação profissional.

As similaridades e as contradições do PPC andam juntas e, desta forma, apresentamos as duas de uma maneira ampla destacando-as ao mesmo tempo, conforme se observa no Quadro 1.

Quadro 1 - Componentes curriculares de domínio comum.

| Domínio comum | | | |
|-------------------------------------|-----------------|-------------------------------------|-----------------|
| Componente curricular - 2010 | Créditos | Componente curricular - 2019 | Créditos |
| Leitura e Produção Textual I | 4 | Produção Textual Acadêmica | 4 |
| Matemática Instrumental | 4 | Estatística Básica | 4 |
| Introdução a Informática | 4 | Matemática B | 4 |
| História da Fronteira Sul | 4 | Iniciação a Prática Científica | 4 |
| Introdução ao Pensamento Social | 4 | Introdução ao Pensamento Social | 4 |
| Leitura e produção textual II | 4 | Direito e Cidadania | 4 |
| Estatística básica | 4 | História da Fronteira Sul | 4 |
| Meio Ambiente, Economia e Sociedade | 4 | | 4 |
| Iniciação à Prática Científica | 4 | | |
| Fundamentos da Crítica Social | 4 | | |
| Direito e Cidadania | 4 | | |

Fonte: PPC (2010) / (2018). Ribeiro (2023).

Percebe-se que, na matriz antiga (2010), as disciplinas de domínio comum contabilizavam 11 disciplinas possuindo um conhecimento mais amplo; com a reformulação do PPC, o novo curso passou a ofertar 07 disciplinas. As similaridades apresentadas pelos dois cursos na grade de tronco comum são: História da Fronteira Sul, Introdução ao Pensamento Social, Iniciação à Prática Científica, Direito e Cidadania e Estatística Básica. As disciplinas citadas apresentam a mesma quantidade de crédito, contabilizando 4 créditos para cada disciplina. As disciplinas de Leitura e Produção Textual, Produção Textual Acadêmica, Matemática Instrumental, Matemática B, além de possuir uma reformulação na nomenclatura, algumas possuem uma ementa mais ampla, permitindo trabalhar mais conteúdo.

As disciplinas de tronco comum possuem um domínio formativo na contextualização social e humana, ensinando o aluno a viver e trabalhar em grupo na forma social e abrindo a visão no aspecto humano. Na reformulação do PPC, algumas disciplinas foram retiradas, deixando um PPC mais qualificado na questão formativa como humano e focando mais na formação prática e específica do curso de formação. Entende-se que retirar algumas disciplinas do domínio comum não faz o curso perder a sua essência, mas que o desenvolvimento humano ocorre com a vivência do ser humano em sala de aula, abrindo assim um campo de visão voltado à realidade, tornando o professor um guia no desenvolvimento do educando (a).

O domínio comum é definido pelo conselho universitário, com uma oferta de no mínimo 420 horas por curso. Além das disciplinas do domínio comum, destacamos as de domínio conexo, que têm por objetivo despertar no estudante a sua formação didática na área de formação.

Salientamos que o domínio conexo corresponde aos componentes definidos pelo fórum das licenciaturas por *campus*, neste caso *campus* Laranjeiras do Sul, que tem como desígnio relacionar disciplinas dentre os cursos.

No Quadro 2, comparativa, a seguir, verificam-se as disciplinas de domínio conexo dos dois PPC's (2010 e 2019).

As disciplinas similares que os cursos apresentam são as de Didática Geral, Política Educacional e Legislação do Ensino no Brasil, e Língua Estrangeira de Sinais (LIBRAS). Apesar das disciplinas possuírem a mesma nomenclatura, as da grade curricular de 2010 possuíam um número menor de créditos, contabilizando 3 créditos para cada disciplina. Na nova matriz apresentam-se com 4 créditos.

Quadro 2 - Componentes curriculares de domínio conexo.

| Domínio Conexos | | | |
|---|-----------------|---|-----------------|
| Componente curricular 2010 | Créditos | Componente curricular - 2018 | Créditos |
| Didática Geral | 3 | Didática Geral | 4 |
| Teorias da Aprendizagem e do Desenvolvimento Humano | 3 | Psicologia da Educação e Teorias da Aprendizagem | 4 |
| Política Educacional e Legislação do Ensino no Brasil | 3 | Política Educacional e Legislação do Ensino no Brasil | 4 |
| Fundamentos da Educação | 3 | Estágio Curricular 1 | 5 |
| Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) | 4 | Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) | 4 |
| | | Educação Inclusiva | 2 |

Fonte: PPC (2010) / (2018). Ribeiro (2023).

As disciplinas de Teorias da Aprendizagem e do Desenvolvimento Humano e Fundamentos da Educação foram substituídas por Estágio Curricular 1 e Educação Inclusiva, respectivamente. O fato das disciplinas da matriz de 2010 não serem ofertadas como domínio conexo não quer dizer que não possam estar sendo ofertadas em outro momento, compondo outra categoria da nova matriz.

Algumas disciplinas são ofertadas como optativas e as disciplinas de domínio conexo são obrigatórias para os cursos de Licenciatura, pois elas têm como objetivo trabalhar a interdisciplinaridade com outros cursos. No quadro 3 (p. 44), apresentamos as similaridades das disciplinas de domínio específico incluídas nos dois PPC's.

O Quadro 3 (p. 44) nos traz 25 disciplinas semelhantes que ambos os cursos apresentam, todas elas de suma importância para a formação acadêmica, dentre delas destacam-se as específicas por área de formação como a Biologia, Física e Química. Disciplinas específicas e essenciais pelo fato do estudante poder atuar nessas áreas de formação. Outro ponto a ser levantado são os estágios, que têm como intuito preparar o estudante para exercer a profissão, aprendendo a didática e os meios de transmitir o seu conhecimento para o aluno. Por fim, o TCC, disciplina voltada à conclusão do curso.

O Quadro 4 (p. 45) nos apresenta as disciplinas diferentes de um curso para o outro, mostrando o quanto o curso foi reformulado.

A matriz de 2010 apresenta 11 disciplinas específicas que foram reformuladas e não constam na relação das disciplinas específicas da matriz de 2018. A nova matriz possui uma grade curricular mais extensa quanto às disciplinas contendo 15 novas disciplinas que não estão na matriz de 2010, totalizando um total de 40 disciplinas no domínio específico. Entende-se que pelo fato de a nova matriz possuir mais disciplinas e ser voltada a menor

número de áreas do conhecimento, o curso acaba aprofundando mais nas disciplinas específicas, tendo assim o estudante um maior aprofundamento nessas disciplinas.

Quadro 3 - Componentes curriculares de domínio específico semelhantes.

| Domínio Específico disciplinas em comum: | | | |
|--|-----------------|---|-----------------|
| Componente Curricular - 2010 | Créditos | Componente curricular - 2018 | Créditos |
| Fundamentos da Ecologia | 3 | Fundamentos de Ecologia | 2 |
| Escola e Educação do Campo | 3 | Educação do Campo e Educação popular | 4 |
| História e Filosofia das Ciências Naturais da Matemática | 3 | História e Filosofia das Ciências da Natureza | 3 |
| Biologia na Educação Básica I | 4 | Biologia I | 4 |
| Física na Educação Básica I | 4 | Física I | 4 |
| Biologia na Educação Básica II | 4 | Biologia II | 4 |
| Física na Educação Básica II | 4 | Física II | 4 |
| Química na Educação Básica I | 4 | Química I | 5 |
| Organização do Trabalho Escolar e Pedagógico | 4 | Organização do Trabalho Pedagógico | 3 |
| Estágio Curricular Supervisionado I | 6 | Estagio Curricular Supervisionado I | 5 |
| Biologia na Educação Básica III | 4 | Biologia III | 4 |
| Física na Educação Básica III | 4 | Física III | 4 |
| Química na Educação Básica II | 4 | Química II | 5 |
| Estágio Curricular Supervisionado II | 6 | Estagio Curricular Supervisionado II | 2 |
| Biologia na Educação Básica IV | 4 | Biologia IV | 4 |
| Química na Educação Básica III | 4 | Química III | 5 |
| Estágio Curricular Supervisionado III | 5 | Estagio Curricular Supervisionado III | 5 |
| Fisiologia Vegetal | 5 | Fisiologia Vegetal | 2 |
| Estágio Curricular Supervisionado IV | 5 | Estagio Curricular Supervisionado IV | 5 |
| Trabalho de Conclusão de Curso I | 3 | Trabalho de Conclusão de Curso I | 4 |
| Realidade do Campo Brasileiro | 5 | Realidade do Campo Brasileiro | 3 |
| Trabalho de Conclusão de Curso II | 6 | Trabalho de Conclusão de Curso II | 6 |
| Optativa I | 3 | Optativa I | 2 |
| Optativa II | 4 | Optativa II | 2 |
| Estágio Curricular Supervisionado V | 5 | Estagio Curricular Supervisionado V | 5 |

Fonte: PPC (2010) / (2018). Ribeiro (2023).

Com base nos dados levantados no Quadro 4, observa-se que no novo PPC do curso houve alterações pelo fato de se tirar a formação específica de Matemática e Ciências

Agrárias, deixando assim um curso mais específico, com a formação em Ciências da Natureza. O CCR de cálculo acrescentado no lugar das matemáticas tem como intuito ajudar o desenvolvimento do aluno nas disciplinas de Física e Química.

Quadro 4: Componentes curriculares de domínio específicos - disciplinas diferentes.

| Domínio específico | | | |
|---|-----------------|---|-----------------|
| Componente curricular - 2010 | Créditos | Componente curricular - 2018 | Créditos |
| Educação, Movimentos Sociais e Organização Comunitária | 3 | Fundamentos Teórico-metodológicos do Ensino das Ciências da Natureza | 4 |
| Introdução as Ciências Agrárias | 3 | História e Cultura Afro-brasileira e Indígena e Relações Étnico-raciais na Escola | 2 |
| Antropologia das Populações Rurais, Infância e Juventude no Campo | 4 | Matrizes Formativas e Práticas na Educação do Campo | 4 |
| Matemática na Educação Básica I | 3 | Cálculo I | 4 |
| Matemática na Educação Básica II | 3 | Cálculo II | 4 |
| Matemática na Educação Básica III | 3 | Física IV | 4 |
| Instrumentação para o Ensino de Química e Física | 4 | Instrumentação e Práticas de Ensino de Ciências da Natureza I | 4 |
| Zootecnia | 5 | Instrumentação e Práticas do Ensino de Ciências da Natureza II | 4 |
| Agroecologia | 5 | Agroecologia e Cooperação na Escola | 2 |
| Fitotecnia | 5 | Física Experimental | 4 |
| Olericultura | 5 | Química Experimental | 5 |
| | | Seminário Direitos Humanos | 3 |
| | | Estágio Curricular Supervisionado VI | 5 |
| | | Optativa III | 3 |
| | | Optativa IV | 4 |

Fonte: PPC (2010) / (2018). Ribeiro (2023).

Com base nos dados levantados no Quadro 4, observa-se que no novo PPC do curso houve alterações pelo fato de se tirar a formação específica de Matemática e Ciências Agrárias, deixando assim um curso mais específico, com a formação em Ciências da Natureza. O CCR de cálculo acrescentado no lugar das Matemáticas tem como intuito ajudar o desenvolvimento do aluno nas disciplinas de Física e Química.

Outro ponto que devemos destacar são as disciplinas de Física e Química Experimental, nas quais o educando sai do embasamento teórico e passa a ter mais contato com a prática. A aplicação desses conhecimentos se dá na realização de estágios supervisionados, em que o aluno administra a aula na presença de um professor avaliador, orientando e aperfeiçoando o desenvolvimento do educando enquanto futuro professor.

O PPC ressalta que

O Curso de Graduação Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura da UFFS tem como objetivo geral formar professores para atuarem na educação básica na área de Ciências da Natureza, que compreende as disciplinas de Ciências, Biologia, Física e Química, comprometidos com o desenvolvimento educacional, cultural, social e econômico, principalmente dos sujeitos do campo (PPC, 018, p. 36).

Após estes comparativos entre os PPC's, destacamos que, apesar da reformulação tanto no PPC quanto na nomenclatura do curso, destaca-se que os dois têm o mesmo objetivo: formar professores capacitados para atuarem nas escolas do campo. E quando nos referimos a esses professores ou egressos do curso, abrimos espaço para discutir quem são os protagonistas da Educação do Campo, suas utopias, as similaridades e contradições, dificuldades encontradas na formação e profissão.

O estudo do PPC mostra diferenças significativas quanto à habilitação, focando nas ciências da natureza, retirando Agrárias e Matemática, mas, no entanto, manteve a interdisciplinaridade, a área do conhecimento e a educação do campo. O PPC apenas fica restritivo em uma área, mas mantém a originalidade da proposta de 2010, de vínculo com os movimentos sociais, mas sem materialidade em relação aos ingressantes.

O próximo tópico abre espaço para identificar quem são os protagonistas da educação do campo.

3.2 OS PROTAGONISTAS: AS UTOPIAS, SIMILARES E AS CONTRADIÇÕES

Sem dúvida, podemos salientar que os protagonistas do curso de Licenciatura em Educação do Campo são os egressos, indivíduos que enfrentaram dificuldades durante o processo de formação, que representam o curso e a formação diante das áreas de formação.

Para chegarmos a uma melhor conclusão desta pesquisa, apresentamos a seguir os dados da pesquisa empírica, demonstrando os resultados obtidos pelos alunos abandono, egressos e docentes, o ponto de vista dos envolvidos, possibilitando identificar a viabilidade

da Licenciatura em Educação do Campo, limites e desafios, e identificar o seu protagonismo na vida dos egressos e a sua importância na educação dos educandos do campo.

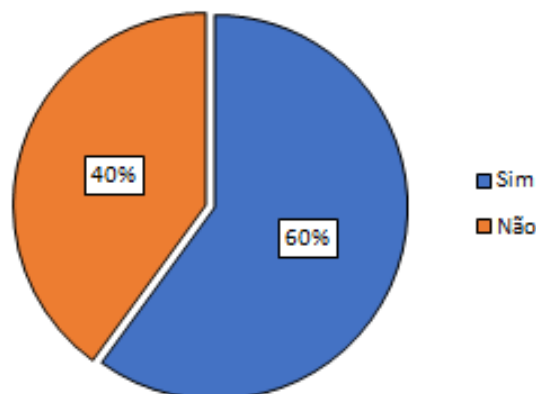
A pesquisa, que inicialmente tinha como intuito verificar o mundo do trabalho dos egressos, permitiu compreender a necessidade do estudo dos educandos que abandonaram o curso, os motivos que levam os estudantes a abandonarem o curso. Os dados foram levantados por meio de uma entrevista semiestruturada abrangendo alunos abandono, egressos e professores, de forma a permitir assim uma visão ampla do curso de licenciatura, enfim, a viabilidade da licenciatura em Educação do Campo.

Os dados levantados durante a pesquisa nos mostram resultados importantes para essa compreensão.

Os primeiros dados levantados se referem às informações coletadas dos alunos abandono, se o curso de LEDOC atingiu suas expectativas.

A primeira questão levantada na pesquisa destinou-se aos estudantes, indagando a importância de verificar se o curso atingiu as expectativas. Dialogando com o auxílio dos próximos questionamentos, nota-se que as principais questões levantadas se deram pelo fato dos estudantes desistirem da graduação, motivos como: o curso não atingir as expectativas, dificuldades no caminho, não cumprir o que a matriz curricular promete. No Gráfico 1, a seguir, pode-se verificar os índices relativos a essa questão.

Gráfico 1- O curso LEDOC atingiu suas expectativas?

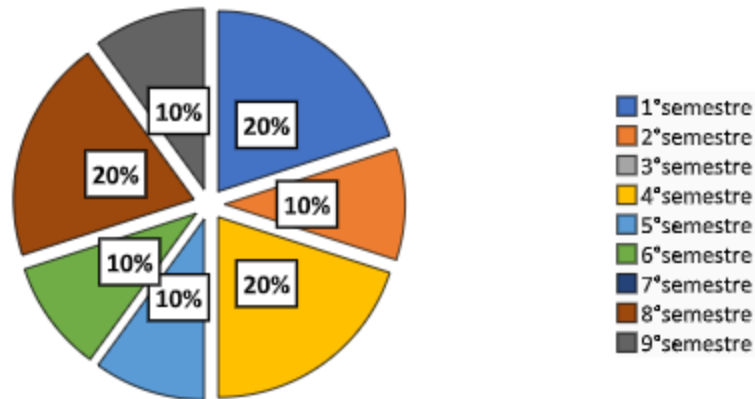


Fonte: Ribeiro (2022).

Diante dos dados levantados observa-se que o curso atingiu as expectativas para 60% dos estudantes que participaram da pesquisa e para 40% não atingiu as expectativas. Levanta-se, então, a seguinte problemática: Qual o fato que leva os acadêmicos a abandonarem a licenciatura se o curso atinge as expectativas para 60% dos entrevistados? Para responder à

questão levantada, entramos na segunda questão que se refere ao período em que o estudante abandonou o curso, como ilustrado no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Em que período você abandonou o curso?



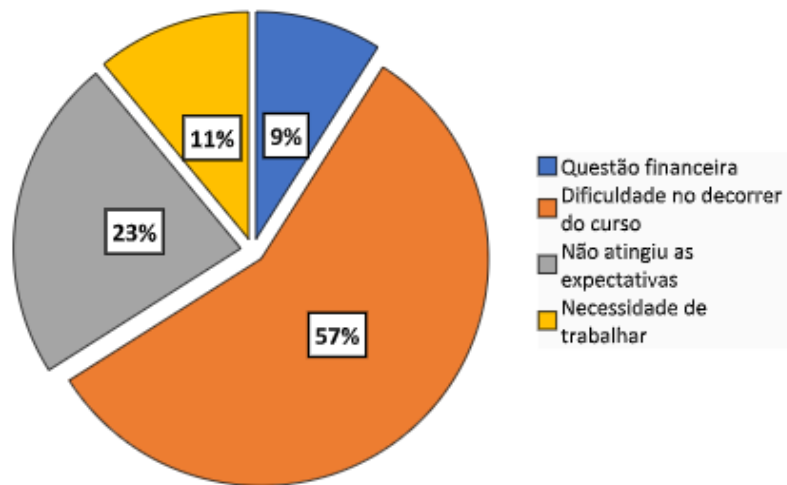
Fonte: Ribeiro (2022).

O Gráfico 2 nos traz os dados do abandono, que corresponde a 20% no primeiro semestre, 10% no segundo semestre, 20% no quarto semestre, 10% no quinto, 10% no sexto, 20% no oitavo e, por fim, 10% no nono semestre. Nota-se pelas respostas dos estudantes que alguns abandonaram por não se identificarem com o curso (os primeiros períodos) e, no decorrer do curso, pelas dificuldades encontradas principalmente nas disciplinas que compõem o domínio específico. Esse gráfico nos demonstra que apesar do curso atingir as expectativas, as dificuldades encontradas no seu decorrer resultaram na opção dos estudantes pela desistência.

Após observar que o abandono ocorreu em 7 dos 9 períodos, conseguimos identificar alguns motivos que levaram a esse abandono, como: questão financeira, dificuldade no decorrer do curso, imigração para outro curso, o curso não atingiu as expectativas, necessidade de trabalhar entre outros, questões estas apresentadas no Gráfico 3 (p. 49).

Uma questão relevante para os dados da pesquisa é saber os motivos (fatores) que levaram os estudantes a abandonarem o curso, notando-se que 57% dos alunos encontraram dificuldades no decorrer do curso, dificuldades estas que podem ser por disciplinas, ou questão financeira, tendo em vista que o público é composto por pessoas de baixa renda; 23% abandonaram o curso pelo fato de não ter atingido as expectativas; 9% dos que participaram da pesquisa ressaltaram o fato da questão financeira, principalmente para permanecer estudando, o fato do curso ser ofertado primeiramente no período integral dificultou ao aluno conciliar estudo e trabalho, optando assim por trabalhar.

Grafico 3 - Motivos que levaram ao abandono.



Fonte: Ribeiro (2022).

Por fim, 11% estavam relacionados com a necessidade de trabalhar e, o fato do curso ser ofertado de maneira integral dificultou a permanência do estudante, pois muitos precisavam trabalhar e estudar.

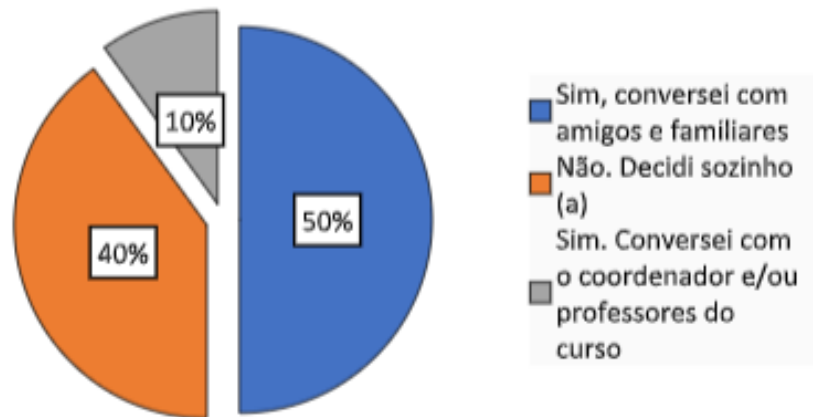
Na questão de número 5, feita de modo descritiva, foi questionado se o estudante abandonou o curso pelo fato de não conseguir passar em alguma(s) disciplina(s) e quais foram.

Alguns declararam que encontraram dificuldades nas disciplinas de Física, Matemática e Química e outros relataram não possuir dificuldade, mas abandonaram pelo fato de não se identificar com o curso de exatas, migrando para Ciências Sociais e Humanas.

Ainda sobre o abandono, levantou-se questão se os alunos abandono conversaram com alguém, obtendo apoio, ou se essa decisão foi tomada sozinho. O gráfico 4 (p. 50) nos mostra que o abandono ocorreu depois de diálogo com a família, amigos, coordenação do curso, correspondendo a 50% dos entrevistados; 40% dos que responderam ao questionário tomaram a decisão sozinho, sem apoio ou influência de terceiros. E, por fim, 10% correspondem a acadêmicos que tiveram conversa com a coordenação ou professores do curso antes da tomada de decisão.

Após saber os motivos que levaram ao abandono, questionou-se se após abandonar o curso o estudante chegou a cursar um ensino superior ou optou por se inserir no mercado de trabalho.

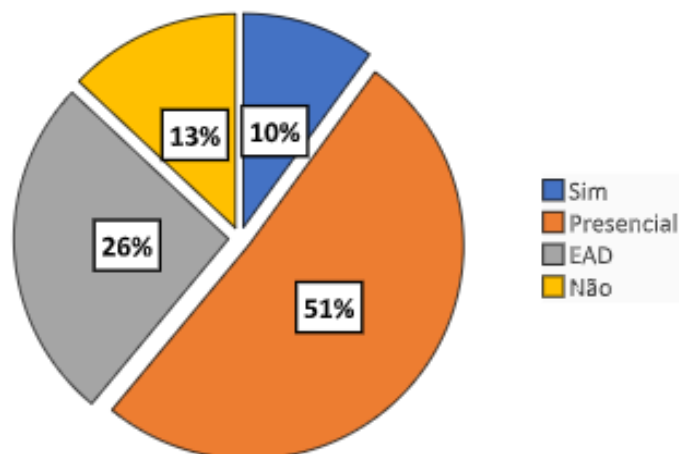
Gráfico 4 - Dialogou com alguém antes de abandonar o curso?



Fonte: Ribeiro (2022).

Por meio dos dados do Gráfico 5, a seguir, pode-se afirmar que, dos alunos abandono, 51% deles chegaram a realizar uma graduação de forma presencial; 26 % na Educação a Distância (EAD) e 10% deles não voltaram a cursar um curso superior e, por último, 13% deles não buscaram outro curso superior e nem trabalho.

Gráfico 5 - Após abandonar o curso, você chegou a fazer alguma graduação ou optou por trabalhar?

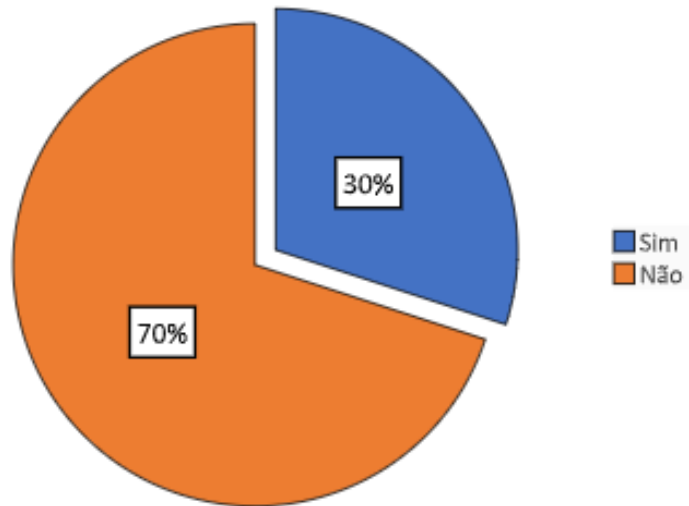


Fonte: Ribeiro (2023).

Por fim, reafirmamos nesta pesquisa que, pelo fato de o curso ser de Educação do Campo e no Campo, e por a universidade estar localizada em um assentamento, isto nos levou a pesquisar se esses estudantes possuíam vínculo com movimentos sociais, obtendo-se os resultados assinalados no Gráfico 6 (p. 51). Pode-se observar pelos seus dados que 70% dos estudantes não possuíam vínculo com movimentos sociais, o que nos leva a entender que o

fato de não possuir vínculo ou conhecimento do que trata o curso fez os estudantes verem o curso como algo que não agregava para si, pois não possuíam conhecimento do que o curso abrange e sua formação.

Gráfico 6 - Você era vinculado com movimentos sociais?



Fonte: Ribeiro (2022).

Ou seja, nota-se neste ponto que o perfil do ingressante pensado por este PPC está em desacordo com quem realmente entrou para o curso. Outros 30% que possuem vínculo não conseguiram concluir o curso, conforme seus motivos.

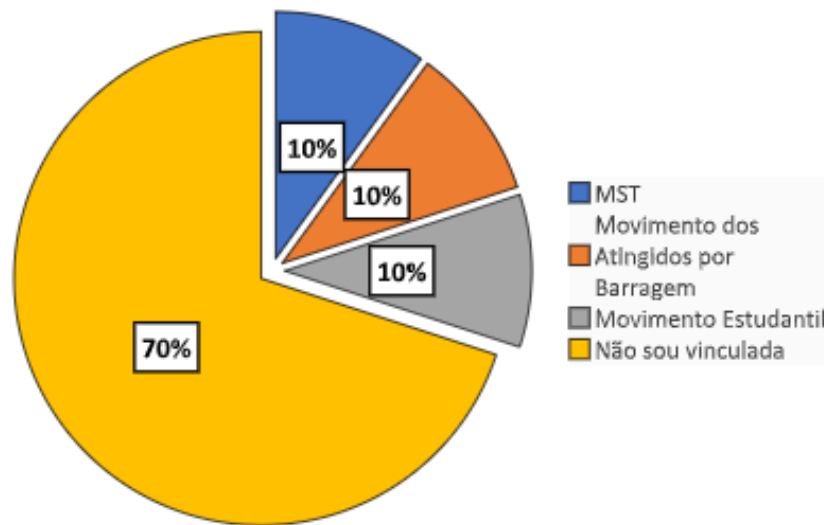
O Gráfico 7 (p. 52) nos mostra que 70% dos estudantes de Licenciatura Em Educação do Campo não possuíam vínculo com movimentos sociais; 10% destes possuíam vínculo com o Movimento dos Trabalhadores sem Terra; 10% com o Movimento dos Atingidos por Barragem e 10% com o Movimento Estudantil.

O fato de o curso ser oriundo de luta de Movimentos Sociais nos faz questionar: onde estão os sujeitos do campo? Por que o curso não tem atingido o seu público alvo?

Observa-se que 70% dos estudantes que o cursam ou cursaram não possuem vínculo com os movimentos sociais e, diante dessas observações, que esses estudantes não conheciam a pauta do curso, o que acabou aumentando o número de evasões.

Conclui-se a partir destes dados que o curso é bem visto pela comunidade, apesar das dificuldades encontradas no seu decorrer. O curso atinge as expectativas e, por fim, embora uma grande porcentagem dos que o cursam/cursaram não possuíam vínculo com movimentos sociais, isso evidencia se tratar de um curso aberto ao público, com ampla concorrência e sem restrições.

Gráfico 7 – Se é vinculado a movimento social. Qual?



Fonte: Ribeiro (2022).

Conclui-se a partir destes dados que o curso é bem visto pela comunidade, apesar das dificuldades encontradas no seu decorrer.

O curso atinge as expectativas e, por fim, embora uma grande porcentagem dos que o cursam/cursaram não possuam vínculo com movimentos sociais, isso evidencia se tratar de um curso aberto ao público, com ampla concorrência e sem restrições.

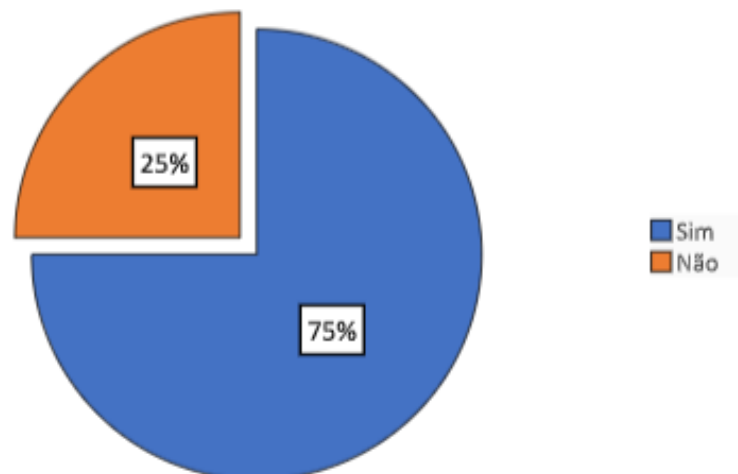
Com os dados apresentados sobre os alunos abandono e seus respectivos pontos de vista, apresentamos a seguir, na forma gráfica e descritiva, a visão dos egressos sobre a Licenciatura em Educação do Campo, ampliando assim a discussão sobre o tema.

3.3 A VISÃO DOS EGRESSOS SOBRE A FORMAÇÃO DE EDUCAÇÃO NO CAMPO

Diante da análise feita com os dados dos resultados dos alunos abandono, decidiu-se realizar a pesquisa qualitativa e quantitativa com os egressos, representados em amostragem e preservando a sua identidade. O intuito é conseguir analisar os dois pontos de vista visando a entender onde estão e se o curso conseguiu colocá-los no mundo do trabalho.

Segundo as respostas dos egressos diante do questionário, percebe-se que 75% dos alunos graduados em Educação do Campo não possuem nenhum tipo de vínculo com os movimentos sociais. Isto não quer dizer que não sejam oriundos do campo, mas que talvez não possuam conhecimento da constante luta para permanecer no curso. Apenas 25% são oriundos de família que compõem os movimentos sociais, como mostra o Gráfico 8 (p. 53), a seguir.

Gráfico 8 - Você é oriundo dos movimentos sociais?

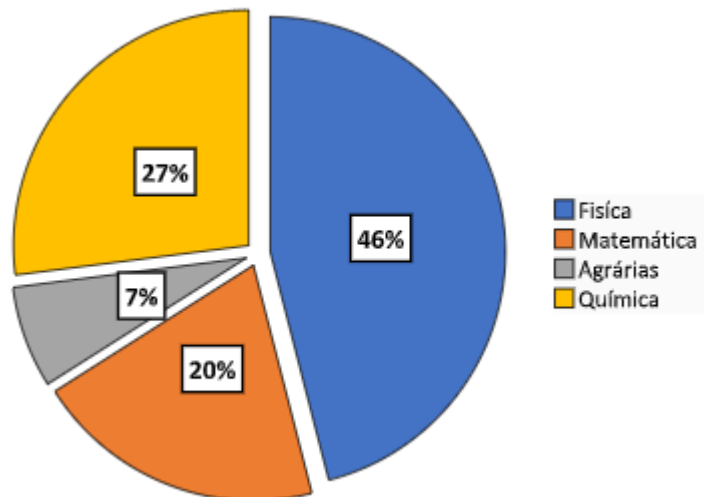


Fonte: Ribeiro (2022).

A segunda questão levantada indaga sobre as disciplinas em que o egresso encontrou dificuldade ao longo do curso. Obtivemos as seguintes respostas assinaladas no Gráfico 9.

Percebe-se que as maiores dificuldades estão nas disciplinas específicas do curso, voltadas à área de formação das exatas, de grande importância para a atuação profissional.

Gráfico 9 - Quais as disciplinas em que você encontrou mais dificuldade?



Fonte: Ribeiro (2022).

Dentre as disciplinas destacadas, percebe-se que a de Física na Educação Básica destaca-se como a principal, com um percentual de 46%, um número bem preocupante, pois a Física está entre as áreas em que o egresso pode atuar. Em seguida, no gráfico vem a Química com 27 % e Matemática com 20%; ambas as disciplinas fazem parte da formação desde os

anos iniciais, fundamental e médio, tendo em vista que no curso se trabalha os conteúdos de Química na Educação Básica e Matemática na Educação Básica.

Entende-se que essa dificuldade que os alunos relatam vem desde os primeiros contatos com a escola e vai se dificultando com o passar dos anos e do aprofundamento dos conteúdos.

Como o curso Licenciatura em Educação do Campo é um curso que forma por áreas do conhecimento, expandindo as opções de trabalho, destacamos a necessidade de saber se o egresso está atuando e em qual área do conhecimento. Para o egresso 1:

Não. Logo que me formei me escrevi (sic) no PSS e até fui chamada. Mas acabei achando inviável, pois eram poucas aulas e em localidades distantes da minha casa. Por outro lado, teria que contratar alguém que fizesse meus afazeres diários, então acabei achando que não compensaria a correria [...].

O PSS citado pelo egresso se trata de um Processo Seletivo Simplificado (PSS), realizado pela Secretária de Educação e Cultura do Estado do Paraná, através de uma prova que possui como intuito contratar professores para atuarem em sua área de formação. O fato de ser um contrato não traz garantias para o professor e, muitas vezes, é inviável, pois normalmente sobram poucas aulas e as escolas são em comunidades distantes, motivo pelo qual muitos optam por não assumirem essas aulas.

Outro ponto destacado é o fato de não aceitarem a nomenclatura do curso e a sua matriz abrangente, trazendo como opção para o egresso se formar uma segunda licenciatura para conseguir assumir um concurso, caso seja classificado. O egresso 2 destaca:

Atualmente sou professora, mas não conseguir ingressar no sistema de Educação vigente tive que cursar outras duas licenciaturas. Sou professora dos anos iniciais, concursada pelo município e através da 2º licenciatura em Matemática sou professora da rede Estadual na mesma disciplina.

A problemática em questão aqui é o fato dos concursos tanto municipais e estaduais não inserir nas políticas públicas a licenciatura em Educação do Campo. O fato desta dificuldade encontrada pelos egressos durante o processo de atuação faz alguns optarem por esperar por um concurso: “estou aguardando sair concurso do estado [...]” (EGRESSO 3). Ou optar por outras profissões, como ressalta o egresso 4: “já exerci, não estou exercendo mais porque passei em um concurso em outra área”. A procura por uma estabilidade financeira que a rede de educação não tem ofertado nos últimos anos faz despertar no indivíduo o interesse em outras profissões, deixando a sua formação de lado, à busca de algo que lhe traga uma estabilidade. Por fim, há egressos que não atuam na formação devido a algumas frustrações

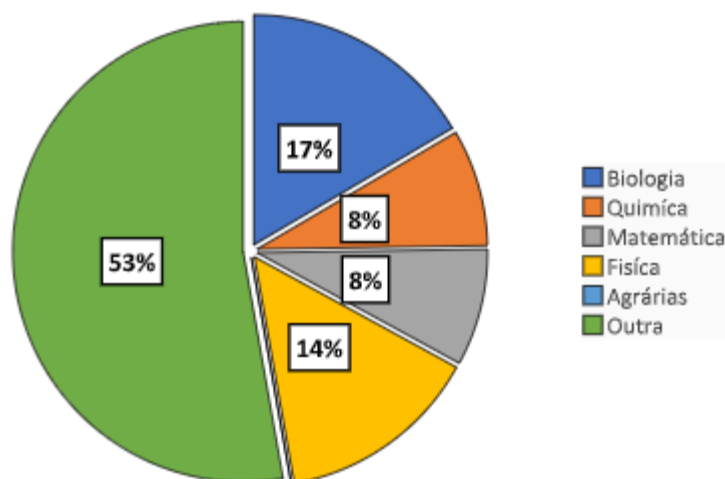
encontradas ao longo do caminho: “Não, acabei me frustrando um pouco com a profissão [...]” (EGRESSO5). Entende-se que a realidade da educação, para quem está começando a atuar no mercado de trabalho, traz consigo um pouco de dificuldades. A inexperiência é algo que acaba dificultando a atuação. Por mais que a universidade e o curso tragam consigo oportunidades de experiências, algumas coisas só se aprendem na prática do dia a dia.

Enfim, as respostas destacadas acima são as que mais chamaram a atenção, o fato de não haver concurso do estado e quando ocorre não inserir a Educação do Campo no edital acaba desestimulando o professor, pois o PSS é apenas o contrato de um ano e nem sempre compensa por esse curto prazo de permanência na função. O fato de não haver uma expectativa na área da educação aprimorando o curso de educação no campo faz o indivíduo procurar outras opções, como segundas graduações ou concursos em áreas totalmente diferentes.

Em relação aos professores que atuam na profissão como PSS, pesquisamos as áreas de atuação para identificar qual é predominante.

O Gráfico 10 nos apresenta a área de atuação dos egressos que exercem a profissão, destacando-se um percentual de 53 % que atuam em outra disciplina, podendo estar voltados às novas disciplinas que compõem o ensino médio; 17% dos profissionais atuam na área de Biologia; 8% em Química; 8% Matemática e 14 % na área de Física. Destaca-se que não houve professores atuando na área de Ciências Agrárias como mostra a gráfico.

Gráfico 10 - Você exerce a profissão em qual disciplina?



Fonte: Ribeiro (2022).

Diante das respostas dos professores que atuam, inquiriu-se se o curso atingiu as expectativas, tanto no âmbito de formação pessoal e profissional. O egresso 1 destaca que

Em partes atingiu sim. Levando em conta minha perspectiva e conhecimento para com a Educação do Campo sim, me deu mais aprofundamento teórico e conhecimento prático. No entanto ao que se refere as disciplinas propriamente ditas. E da formação interdisciplinar por área, ficou muito vago quanto aos conteúdos básicos estudados em cada uma delas. a carga horária estudada, comparada à de um curso normal foi insuficiente, uma vez que o curso em si não era apresentado de forma interdisciplinar e sim disciplinar (disciplinas isoladas), dificultando fazer a relação entre as disciplinas.

Percebe-se, desta forma, que a interdisciplinaridade proposta pelo curso não ocorreu da forma sugerida pelo curso.

Um dos pontos que a formação traz é o conhecimento com a Educação do Campo, podendo-se assim correlacionar a educação ofertada aos alunos do campo com a sua realidade, deixando o professor mais preparado para trabalhar as dificuldades do dia a dia, conseguindo aproximar o professor da realidade. Em concordância, respondeu o egresso 2 que “sim, pela formação além da tecnicista, tendo comprometimento com o sujeito de forma completa para além do conhecimento científico, mas principalmente com a formação humana [...]”.

As respostas obtidas na pesquisa são amplas e controversas, se analisando que todas são tratadas de maneira pessoal, e que cada indivíduo possui a sua peculiaridade e dificuldade no decorrer do curso. O egresso 3 enfatiza: “de maneira geral atingiu as expectativas pois consegui desempenhar sem muitos problemas a profissão de professor das áreas que atuei, Matemática e Física [...]”. Contrariamente a esta opinião, o egresso 4 respondeu que “Não, deveria ser mais aprofundado, a grade é muito superficial, quando chega na sala de aula, tem conteúdos que nunca foram estudados na universidade[...]”. Entende-se a problemática do curso abranger várias áreas, trabalhadas de forma particular (não sendo trabalhada a interdisciplinaridade) e o fato de não haver concurso para a licenciatura.

Dos que não exercem a profissão, destacam-se os motivos como: “Não, o curso é desvalorizado [...]” (EGRESSO 5). Além de ser desvalorizado, o egresso 6 enfatiza que “Não, pois o mesmo não é valorizado e devido a isso não foi criado concurso para abranger este curso [...]”. Ainda discorrendo sobre a dificuldade de não possuir concurso: “Não, não tem concurso e área de trabalho para esta especificidade [...]”. (EGRESSO 7). “Não, mercado de trabalho não aceita o curso de licenciatura interdisciplinar [...]” (EGRESSO 8).

Com base nas respostas dos 8 egressos, o curso não atingiu as suas expectativas. O fato de o curso abranger várias áreas em uma formação dificulta o aprofundamento dos conteúdos, possibilitando assim uma formação mais superficial. Outro ponto levantado pelos egressos é de o curso não ser relacionado em concurso na nossa região, podendo atuar somente como professor PSS, em vínculo com o estado por apenas um ano, sem garantias para o futuro. Além do fato de não haver concurso, o curso não é valorizado. Essas respostas nos mostram as dificuldades enfrentadas na área de formação, sugerindo uma pauta para se lutar e por oportunidades para essa área de atuação. Saliente-se também que as dificuldades na formação, concurso, área de trabalho não são encontradas apenas nas licenciaturas em Educação do Campo, mas sim para outras licenciaturas, também.

Destacando na questão anterior alguns pontos de vista, levantamos as seguintes questões para os egressos: O curso atingiu o objetivo de uma formação interdisciplinar? E, em relação à área do conhecimento, o curso atingiu o objetivo? Qual a principal fragilidade? Qual a principal potência do curso? “Não atingiu formação interdisciplinar devido aos professores que lecionam, pois os mesmos são formados em disciplinas específicas e não sabem ensinar sua disciplina de maneira interdisciplinar para os acadêmicos. [...]” (EGRESSO 1). Entende-se que os professores não trabalham a interdisciplinaridade pelo fato deles não possuírem esse tipo de formação, sendo assim cada professor trabalha a sua disciplina da maneira mais tecnicista. Em contrapartida, o egresso 2 relata que “O curso trabalha a interdisciplinaridade, mas que não é possível trabalhar esta prática em sala de aula tendo em vista que se atua em apenas uma área [...]”. Compreende-se que quando se fala em Interdisciplinaridade, os egressos relatam muito a ligação entre disciplinas em que pretendem atuar, mas isto não ocorre na prática devido ao fato de não sobrar campo para atuação.

O curso trabalhava bem a interdisciplinaridade, porém isso só é aplicado durante o curso, pois, nas áreas de atuação não é possível pôr em prática. A principal fragilidade é abranger tantas disciplinas, e no final o formando não poder atuar plenamente nelas. Pois em um concurso a pontuação q este curso gera, é inferior a quem possui licenciatura plena em apenas uma das disciplinas. (EGRESSO 4).

A fragilidade destacada pelo egresso é a capacidade de abranger várias disciplinas e na hora de atuar não conseguir trabalhar com todas elas. Quanto ao ponto de vista de outro entrevistado: “O potencial e diferencial é justamente a proposta interdisciplinar que na falta de demanda de uma área podemos suprir com outra. [...]” (EGRESSO 5). Em contradição aos que entendem que o curso atingiu a interdisciplinaridade, o egresso relata que

A proposta de formação interdisciplinar não ocorreu plenamente conforme proposta no PPC. O curso em si tem uma boa proposta, mas a maior fragilidade é a que encontramos quando vamos para o sistema de educação vigente que é por disciplinas. A contratação atual no Estado do Paraná é por meio de PSS- Processo Seletivo Simplificado. Mas ao que se refere a nossa formação ainda encontramos a dificuldade em algumas regiões do Estado para efetivar nossa contratação e provar nossa formação (como foi no meu caso logo que me formei e voltei para minha cidade, por isso a necessidade de cursar outras licenciaturas). Uma vez que a nomenclatura de nosso curso ser por área e a estrutura educacional vigente ser por disciplinas, gerando assim uma certa dificuldade para comprovar a formação acadêmica. Muitos NREs entendem que ficamos com as aulas que sobram e na grande maioria não sobra. (EGRESSO 5).

O curso em si, possui uma boa proposta, mas a interdisciplinaridade varia muito em face dos professores que estão atuando durante o semestre. A questão da interdisciplinaridade não depende apenas do aluno, mas de quem está trabalhando as disciplinas. A nomenclatura é uma problemática levantada pela maioria dos que contribuíram para a pesquisa, voltando novamente ao preconceito que o curso vem sofrendo.

O egresso 7 enfatiza: “sim. Sim. Não haver um concurso para esta formação. É poder ter uma formação interdisciplinar que envolvam várias matérias e conteúdo. [...]”. Em contrapartida,

De certa forma não, uma vez que o curso era interdisciplinar porém apresentado de forma disciplinar, ou seja, o caminho pro desenvolvimento pleno de interdisciplinaridade deve ser analisado de forma interdisciplinar e não apresentado de forma individual, deixando a cunho do estudando a interlocução do conhecimento. a principal fragilidade fica a cunho de políticas públicas de valorização para que de fato e eficiência seja feita e desenvolvida a interdisciplinaridade. (EGRESSO 8).

A falta de políticas públicas tem entrado como uma fragilidade apresentada pelos egressos perante o curso, o que acaba voltando como um ponto negativo para o mesmo. Ressalta-se aqui que a questão de política pública não deveria pesar sobre nenhuma formação, tendo em vista que isto depende dos órgãos públicos e não do curso em si. A falta de interdisciplinaridade ocorre pelo fato de as disciplinas serem trabalhadas individualmente, um ponto importante para ser debatido em reuniões caso ocorra reformulação.

A falta da interdisciplinaridade é apresentada novamente pelo egresso 9: “Não atingiu o objetivo de uma formação interdisciplinar pois durante o curso foi visto as disciplinas de forma isolada. de maneira geral nas áreas do conhecimento em que trabalhei o curso atingiu o objetivo. principais fragilidades é a falta de um de trabalhar interdisciplinarmente com as disciplinas, pouca carga horária em disciplinas específicas como Biologia, Matemática e Física entre outros. Uma educação emancipadora voltada para a realidade do educando.” (EGRESSO 9). “Acho a ideia da interdisciplinaridade ótima, mas não pratica não corresponde

com a expectativa fragilidade: Penso que deveria ser praticado mais aulas interdisciplinares na universidade. Não só na teoria. [...]” (EGRESSO 10). “Não. Não atingiu, em sala de aula é outra realidade, não tem interdisciplinaridade. Acredito, que teria que ser mais aprofundado os conteúdos, ter mais aulas nas exatas. [...]” (EGRESSO 11).

Já para o egresso 12: “sim, em relação a área do conhecimento o curso me surpreendeu. [...]”.

O curso é rico nos conteúdos das áreas do conhecimento, o que acaba sendo o diferencial da formação.

Analisando as respostas consegue-se perceber que o curso atinge as expectativas em alguns pontos e deixa a desejar em outros. O curso propõe trabalhar a interdisciplinaridade, porém na prática não acaba ocorrendo, disponibiliza pouco tempo para se conseguir realizar tudo na prática, o que acaba deixando a interdisciplinaridade apenas na teoria, em alguns casos. O curso tem ponto positivo quando se refere à área do conhecimento, porém sua contribuição é mais na formação humana, pois há dificuldades de como passar esse conhecimento na prática, os egressos acabam exercendo a profissão em apenas uma área de formação. A fragilidade do curso é o fato de o estado não inserir a licenciatura em Educação do Campo em concursos, tornando isso uma dificuldade a mais para quem possui essa formação.

Compreende-se que as dificuldades fazem com que os estudantes, em algum período da faculdade, pensar ou optar por abandonarem o curso. Questiona-se se em algum momento do período acadêmico o estudante pensou em desistir do curso e o porquê.

“Sim, porque o curso de educação no campo fica em segundo plano até mesmo no PSS. [...]” (EGRESSO 1). O fato de haver incertezas no mercado de trabalho é um dos motivos que leva à evasão, uma vez que os que se formam têm a intenção de passar em concurso público.

“Sim, pois não me identifiquei [...]” (EGRESSO 2). Diz outro entrevistado: “sim vários momentos, dificuldade com alguma matéria [...]” (EGRESSO 3). “Sim, como o curso é em período integral, a necessidade de ter uma renda fixa é importante, e a dificuldade em conseguir aulas também faz pensar na possibilidade em mudar de área. [...]” (EGRESSO 4). “Sim, muitas vezes. Mas sempre gostei muita da proposta da Educação do Campo, por ser oriunda e sempre estudante do Campo foi que quis continuar. O principal motivo por querer desistir foi a dificuldade nas disciplinas, já citadas, e a incerteza quanto a atuação. [...]” (EGRESSO 5). “Embora surgisse algumas dificuldades nunca pensei em desistir do curso. [...]” (EGRESSO 6). Outro: “não, pois sempre acreditei na veracidade do curso e no potencial.

[...]” (EGRESSO 7). “Não, sempre tive como objetivo me formar, e apesar das dificuldades o curso em uma área que eu gosto e me identifico [...]” (EGRESSO 8).

“Sim, mas a vontade de vencer foi maior. Como a disciplina de Física tornou-se um problema na Universidade, isso desmotivava um tanto. Eu digo problema na universidade por que o índice de reprovação dos acadêmicos era alto e isso muitas vezes trazia alguns transtornos, tanto para os alunos quanto para os professores.” (EGRESSO 10). “Não. E não tinha outra opção na área da educação. [...]” (EGRESSO 11). “Sim, várias vezes; por conta de encontrar inúmeras dificuldades nas disciplinas de Química e Física [...]” (EGRESSO 12).

Dos egressos que responderam as perguntas da entrevista, 07 disseram que pensaram em abandonar o curso devido a dificuldades encontradas no caminho como algumas disciplinas específicas como Física, Química, insegurança quanto ao mercado de trabalho, dificuldade de permanência já que o curso era ofertado de modo integral, dificultando relacionar trabalho e estudo. Aos que responderam não, é pelo fato de acreditar no potencial do curso.

Está realizado com a sua formação? Pretende cursar mestrado/ doutorado? Está cursando? Cursou? “Não sou realizado com minha formação em Educação do Campo. Após a conclusão do curso em educação no campo eu fiz 2 anos de Agronomia, mas devido a ideologia de alguns professores da UFFS eu desisti do curso [...]”. (EGRESSO 1). “Não. Pretendo cursar uma especialização em outra área (libras). [...]”. (EGRESSO 2). “Não [...]”. (EGRESSO 3).

“Estou realizando uma segunda licenciatura na área da Química [...]” (EGRESSO 4). “No momento não pretendo realizar mais uma graduação, mas sim especializações em minha área de atuação, onde vejo oportunidade de crescimento. [...]” (EGRESSO 5). Outra resposta: “hoje sim, busquei complementar a formação [...]” (EGRESSO 6).

“Sim, sim, cursei uma segunda licenciatura em Matemática. [...]”. (EGRESSO 7). “Estou realizada, talvez mestrado. [...]”. (EGRESSO 8). “sim. Futuramente pretendo cursar mestrado e doutorado. Fui selecionado para o mestrado em agroecologia mais por situações particulares não pude cursar. [...]” (EGRESSO 9). “realizada sim. quanto as demais perguntas, acho que não. [...]” (EGRESSO 10).

“Não. estou estudando no momento me dediquei ao empreendedorismo. [...]” (EGRESSO, 11). “sim estou muito realizada, pretendo sim cursar mestrado. e quem sabe um doutorado futuramente [...]”. (EGRESSO 12).

A questão levantada sobre se o egresso está realizado com a formação traz respostas positivas, o curso traz para os egressos uma bagagem de formação humana, o que contribui

com a formação enquanto indivíduo e sociedade. Quanto às demais perguntas, as respostas são variadas, como segunda licenciatura, mestrado, doutorado e especializações, com o passar dos anos e com as necessidades que cada indivíduo se encontra e segue os seus caminhos.

A última questão levantada nesse questionário é como o egresso avalia o curso apontando os limites e dificuldades.

Limites/dificuldades: existem vários limitadores, dentre eles o mais significativo é a dificuldade de permanência no curso. Como é em período integral, os alunos não conseguem manter um emprego que aumente sua renda fixa. A dificuldade em conseguir aulas também é um limitador que faz repensar a permanência no curso.

Potencialidades: a interdisciplinaridade é algo bem interessante e diferencial, pois atende mais segmentos, “quando na falta de aulas em um, podemos tentar em outro” (EGRESSO1). O egresso 1 destaca como dificuldade a permanência, pelo fato do curso ser de modo integral, dificultando conciliar trabalho e estudo, os auxílios socioeconômicos é um meio de ajudar ao estudante a permanecer na universidade, mas não cobre as despesas. Outro ponto ressaltado por ele é a limitação na hora de assumir aulas, tendo em vista que a formação possibilita atuar somente no estado e pelo Processo Seletivo Simplificado (PSS). O potencial e diferencial que o curso traz, para concluir o questionário, é a interdisciplinaridade e a abrangência das disciplinas, podendo atuar na área que mais se identifica ou onde há falta de professores.

Em contrapartida, o egresso 2 destaca que há deficiência de conteúdos, é que a interdisciplinaridade além de ser limitante, muitas vezes não ocorre. A principal dificuldade está relacionada primeiramente à deficiência de conteúdos com que chegamos à educação básica e até ao Ensino superior e à necessidade de nivelá-los, carecendo assim de um trabalho metodológico diferenciado. Posteriormente, tem-se a proposta interdisciplinar que é muito limitada e na maioria não acontece (EGRESSO 2).

O egresso 3 relata como dificuldade “algumas matérias do curso [...]”. Correlacionando as duas opiniões, levantamos as seguintes hipóteses: a deficiência de ensino relatada por um e as disciplinas do curso como relatado pelo outro não seria um problema que vem do seu ensino médio, acarretando dificuldades no ensino superior? Se o curso aprofundasse mais no conhecimento quantos estudantes apresentariam dificuldade e acabariam desistindo? Entende-se que o conhecimento deve se dar além das portas da universidade; o estudante em si precisa procurar meios para se aprofundar diante das dificuldades encontradas no decorrer da caminhada, o ensino traz o embasamento, porém, enquanto indivíduo precisa se aperfeiçoar.

Sobre as políticas públicas: “bom, limites está em políticas públicas de apoio incentivo e valorização. [...]” (EGRESSO 4). “Principais limites é a grade curricular pesada e a falta de concurso na área[...]” (EGRESSO 5).

A questão da política pública, que se mencionou aqui em várias ocasiões, não deveria ser uma problemática apontada sobre o curso, tendo em vista que a política pública vem dos governantes. E que esta limitação não abrange somente a educação do campo.

A matriz curricular vem trazendo divergências nas opiniões, como já trabalhado aqui, as dificuldades em cursar algumas disciplinas em específico estão na defasagem do aluno. A falta de domínio em alguns conteúdos não deveria sobrecarregar sobre o curso, tendo em vista que é um problema que vem desde o ensino básico. Quanto à potencialidade apresentada pelo egresso 6, é a oportunidade de cursar um curso superior em uma universidade pública, e isto é visto por ele de uma maneira transformadora:

limites: acho que já respondi nas outras perguntas potencialidade: só o fato de poder cursar uma universidade é transformador as oportunidades que o curso e a universidade oferecem é gratificante. Estudei com colegas que foram os primeiros a se formar na família e graças a essa universidade pública e de qualidade muitos estão trabalhando e fazendo a diferença na vida de muitos. (EGRESSO 6).

Apesar das dificuldades trabalhadas até aqui, não podemos deixar de citar como é transformadora a formação humana que o curso oferece. As histórias de vida de cada colega em sala de aula levam os estudantes a terem um outro ponto de vista e uma perspectiva diferente, tornando-o mais humano. “Limitante na questão de concurso, PSS, ainda tem muito preconceito, e com razão, o curso forma por frações as disciplinas, o que dificulta nos ensinamentos. [...]” (EGRESSO 7). “Limites? muitas dificuldades: eu diria que toda a graduação você vai se deparar com dificuldades, aí requer muito estudo, esforço e dedicação [...]” (EGRESSO 8).

Quanto aos limites e desafios, são encontrados vários durante o processo, desde a dificuldade em permanência, em disciplinas específicas, falta de políticas públicas, mercado de trabalho incerto. Quanto a potencialidades, um ponto para se destacar é a interdisciplinaridade, que traz como diferencial a Educação do Campo.

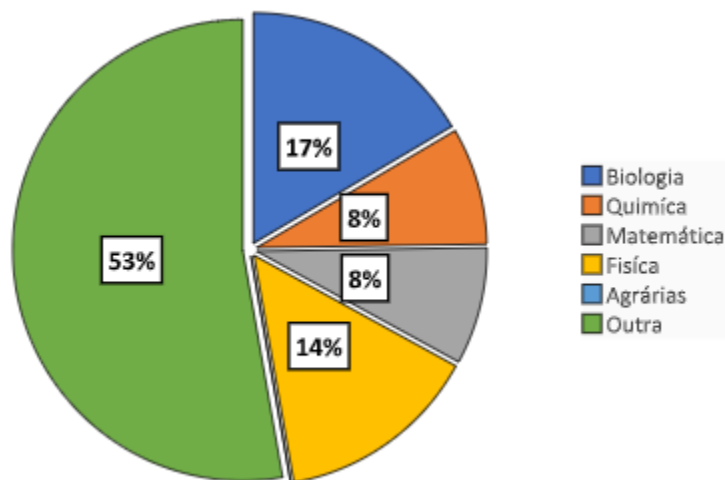
3.4 A VISÃO DOS DOCENTES BASEADA NA EXPERIÊNCIA

Analisando o contexto geral, depois da pesquisa com os alunos abandono e egressos, abriu-se espaço para discutir-se o ponto de vista dos professores que atuaram e atuam no curso e que defendem a causa da Educação do Campo. A primeira questão a ser levantada é

se, além de professor, atuou como coordenador do curso (Gráfico 11). Vale ressaltar que a pesquisa para professores foi aplicada somente a uma amostragem.

Dos 5 professores que contribuíram para a realização desta pesquisa, 2 correspondem a 40%, que atuaram como coordenador, estando à frente da causa e incentivando a permanência dos estudantes no curso. Os outros 60% contribuíram passando seus conhecimentos em sala de aula e laboratório.

Gráfico 11 - Você foi coordenador do curso?



Fonte: Ribeiro (2022).

Compreende-se que professores e coordenadores encontram dificuldades na caminhada e, diante dessas dificuldades relatadas por eles, destacamos as mais coerentes com o objeto de pesquisa. Resposta do Professor 1:

Meu maior desafio dentro do curso é a falta de motivação que os estudantes, em geral, têm para estudar as disciplinas de Física. O Curso tem uma formação muito ampla. Imagino que a maioria dos estudantes possuem mais afinidade com disciplinas da área de humanas e biológica, até mesmo com a Química, mas a maioria não gosta e não quer aprender física. Os alunos têm curiosidades sobre fenômenos físicos, mas em um nível conceitual e prático, não apresentando interesse em estudar aspectos teóricos da Física. Por mais que um professor(a) trabalhe apenas os conceitos e aspectos práticos dos fenômenos físicos em suas aulas, o mesmo deve conhecer e dominar os aspectos teóricos da Física. O grande desafio é convencer os estudantes do curso de Interdisciplinar, que estão estudando Física como estudantes, mas mais do que isso, como futuros professores da disciplina de Física. Portanto, devem dominá-la em todos aspectos: teórico e prático.

Esse professor relata que a falta de motivação por parte dos estudantes acaba prejudicando-os em sua formação profissional, principalmente na área de Física, que é uma das possibilidades de atuação. Entende-se que, além do curso possuir uma formação ampla, os

alunos não possuem interesse em aprender a teoria, dificultando a aprendizagem na prática (cálculos). O embasamento teórico é de suma importância, tendo em vista que os estudantes serão futuros professores. O despertar que o professor relata dos alunos é apenas nos fenômenos físicos, no que deixam a desejar na sua formação enquanto profissional.

Outro ponto levantado nas dificuldades encontradas e relatadas pelo Professor 2:

O curso estava em implementação juntamente como o processo de implementação da própria Universidade Federal da Fronteira Sul, muitos foram os desafios e dificuldades encontradas. Uma das principais dificuldades que se revelou desde o seu início [já com as primeiras turmas] foi o alto índice de desistência [evasão] que se materializavam já nas primeiras fases [semestrais] das turmas. Ao buscar – em linhas gerais –, as razões e motivações para esse fenômeno, ganhava maior destaque e centralidade, a justificativa [por parte dos acadêmicos e acadêmicas] que tipificava uma certa falta de identificação do ingresso com a proposta pedagógica-acadêmica do curso, e até mesmo, com a sua nomenclatura. Também era perceptível uma certa dificuldade que as acadêmicas e acadêmicos tinham em compreender a proposta de formação mais integrada, no caso, a perspectiva de formação por área do conhecimento, o que incidia em uma necessária e constante busca, por parte da coordenação, em justificar os elementos principiológicos [acadêmicos, pedagógicos, políticos, epistemológicos] que instituíram – nos processos de construção de propostas de formação humana e profissional docente –, cursos com essa natureza e intencionalidade formativa a partir da perspectiva da Educação do Campo.

As dificuldades encontradas em primeiro momento foi o fato de o curso ser implementado junto com a criação da universidade, os desafios encontrados naquele momento abrangiam todos os cursos e a universidade. Um dos pontos destacados pelo Professor 2 é o número de desistência desde as primeiras ofertas pois os ingressantes não se destacavam com o curso e a nomenclatura. A questão que iremos explorar é: não é que os alunos não se identificassem, mas o fato de não conhecer a proposta do curso levou-os a desistir do curso. Entende-se que a implementação da universidade era uma grande conquista, pois uma grande população queria fazer parte dela. Aumentando o número de desistência, pode-se entender as dificuldades encontradas no processo. Além de o curso abranger várias disciplinas, também tem a questão de não se identificar e a permanência, o que atingiu não só a licenciatura em Educação do Campo, mas os cursos em geral.

O Professor 3 ressalta outro ponto de vista:

Outro aspecto notório, e que, por consequência, se materializava em dificuldades no processo de execução da proposta do curso – [e combinava e culminava com a evasão] –, muitas vezes proclamado pelos ingressos que desistiam ou mudavam de curso, era uma espécie de incerteza frente ao mundo e mercado de trabalho, fundamentalmente àquele que se constitui através do concurso público, nas redes públicas de ensino. Hegemonicamente, como sabemos, os concursos públicos para atuação docente em quadro próprio, consagraram certa cultura de priorizar o conhecimento específico, a titulação acadêmica específica. O ingresso no serviço público da docência por área do conhecimento ainda é um campo a ser fortalecido e ampliado, defendido obviamente pela perspectiva da educação do campo, mas que

ainda é processo em construção, sempre no terreno da luta e da contradição, por vezes com certo êxito, por vezes, com muitas limitações e não avançando nas políticas públicas e nos processos de gestão pública dos diferentes entes federados. Um outro aspecto também que se evidenciou e traduziu-se em dificuldades, tem caráter mais estrutural no que diz respeito à educação básica de nossa região. Como mencionado anteriormente, muitos componentes curriculares do curso eram das áreas de conhecimento da matemática e das ciências naturais. Estes apresentaram-se como limitantes para parcela de ingressos que adentravam ao curso e tinham dificuldades na aprendizagem dessas áreas, efetivando índices elevados de retenção em alguns componentes curriculares. (PROFESSOR 3).

Havia dificuldade em executar a proposta do curso tanto por parte dos acadêmicos quanto docentes, havia também a incerteza do mercado de trabalho, incerteza essa que existe até os dias atuais. Os concursos públicos ofertados englobam somente as formações em licenciatura plena, deixando de fora a formação em Educação do Campo e outras formações. Há falta de políticas públicas, é preciso fortalecer em todos os âmbitos as possibilidades e englobar as áreas do conhecimento abrindo espaço para os egressos. Além deste ponto, ainda enfatiza as dificuldades encontradas pelos ingressantes nas disciplinas específicas como Matemática e Física. Entende-se que essa dificuldade não vem da universidade, mas do ensino médio, que acaba influenciando no ensino superior. O Professor ainda traz a sua experiência como docente:

‘como docente: a maior dificuldade sempre foi articular os componentes específicos com as dimensões do conhecimento do curso’. Ou seja, realizar um trabalho interdisciplinar, multidisciplinar que dialogasse com o conteúdo dos componentes curriculares e com a Educação do Campo. Realizar a conexão das áreas do conhecimento: Ciências Agrárias, Ciências Naturais e Matemática, Educação do Campo e o conhecimento proposto nas ementas dos componentes. Outra questão é o perfil dos ingressantes no curso nem sempre vinculado as demandas da Educação do Campo. Isso precisou um empenho maior para trazer os/as acadêmicos/as para dentro do esperado de um egresso do curso. Como coordenador: as demandas mais contundentes sempre foram alocar os componentes a docentes com perfil, o diálogo com os estudantes para entenderem a importância e o nível do curso. Outra questão de igual relevância, é a luta por políticas públicas estaduais e municipais de concurso público em Educação do Campo, de forma a garantir aos/as acadêmicos/as, acesso ao mundo do trabalho.

Como o curso é de amplos conhecimentos, encontra-se dificuldade em relacionar os componentes específicos com a dimensão do conhecimento do curso, pois o curso trabalha a interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e ambos precisavam ter diálogo com os componentes curriculares juntamente com a educação do campo. Além destes pontos, também é preciso fazer as disciplinas que o curso tem como foco se correlacionar, interligando os conhecimentos. Como o curso é voltado à educação no campo, precisa-se juntar com o perfil dos ingressantes para trabalhar de forma que se compreenda esta educação do campo. Além

de coordenador, precisava-se manter diálogo com egressos sobre a Educação do Campo, alocar os componentes como perfil dos ingressantes e dialogar com a questão das políticas públicas, para garantir aos egressos uma oportunidade no mercado de trabalho.

Para o Professor 1, as dificuldades ressaltadas pelos docentes é a falta de motivação dos estudantes, a falta de compromisso em aprender não somente o prático, mas os conceitos, tendo em vista a importância para a sua atuação. Outro ponto que se indagou foi apresentar a necessidade da reformulação do PPC do curso, se essa reformulação ocorreu devido ao alto número de evasão, ou pelo fato do curso possuir uma formação ampla. Um dos pontos levantados pelo Professor 1 foi a questão da Física, e a falta de interesse por parte dos alunos. O fato de o curso se tornar apenas das áreas das Ciências da Natureza minimiza as disciplinas e aprofunda mais o conhecimento, assim a implementação do Cálculo tem como objetivo contribuir para o aprendizado de Física.

Ainda, diz o Professor 1:

“Creio que era necessário e do meu ponto de vista foi uma tentativa de resolver o problema que citei acima. Criando mais componentes de Física e Cálculo, esperava-se que os candidatos ao curso entendessem que se trata de um curso de Ciências Exatas e da Terra”. A nomenclatura ciências da Natureza não especifica a área de formação, caso o indivíduo não entenda quais são as disciplinas que a ciência da natureza abrange, alguns relatam que o abandono do curso se deu por não saberem qual formação o curso possuía.

Outro ponto discorrido por outro professor é a questão do primeiro curso ser muito complexo, abrangendo três áreas do conhecimento. Para o Professor 2:

O entendimento que foi se constituindo ao longo dos anos, é que a primeira proposta de PPC do Curso era muito complexa por abranger três grandes áreas do conhecimento científico, como por exemplo, Ciências Naturais, Matemática e Ciências Agrárias, além é claro do campo das Ciências da Educação e da modalidade da Educação do Campo. A partir desses elementos e aspectos apontados, é que foi se constituindo uma síntese de entendimento e uma projeção de reformulação, com a indicação de dar centralidade a apenas uma das grandes áreas, que no caso, optou-se pela área das Ciências da Natureza, mantendo os elementos formativos das Ciências da Educação e da Educação do Campo.

Percebe-se que a problemática que mais se destaca é a questão da ampla formação. Ressalta-se que o curso Interdisciplinar em Educação do Campo parte de um projeto piloto implementado junto com a criação da universidade, o qual estava em fase de teste. A formação ampla das disciplinas específicas está interligada com a concepção de Educação do Campo. A proposta de educação no campo permanece na reformulação, abrangendo somente as Ciências Naturais, o que deixa um curso mais aprofundado. Se o problema levantado fosse

a questão da ampla área de formação, por que o curso continua possuindo pouca procura depois da reformulação? Uma questão que não foi levantada e nem discutida pelos professores e comunidade foi a nomenclatura, a qual deveria ser apresentada e explicada para a comunidade externa. Seguindo a essas discussões, ainda discorrendo sobre esse assunto de reformulação, o Professor 4 enfatiza: “o curso está desvinculado das necessidades/expectativas da sociedade. Os egressos, por isso, têm dificuldades de ingressarem no mercado de trabalho”. Um ponto crucial levantado por ele é sobre as expectativas do egresso no quesito com mercado de trabalho. Sabe-se das dificuldades de atuação e do preconceito que carrega a nomenclatura em Educação do Campo. Levantamos então a seguinte questão: a problemática não estaria na falta de políticas públicas? Tendo em vista que não tem ocorrido concurso público por parte do governo, e quando ocorre concurso abrange apenas as licenciaturas plenas, não deixando apenas a Educação fora do concurso, mas também outras formações. Entende-se então que a falta de políticas públicas vem prejudicando as áreas de formação em uma grande escala.

Mediante isso, procura-se entender a natureza do curso, qual a sua perspectiva, qual o objetivo da formação ampla para atuar nas escolas do campo, como esta formação trabalha a interdisciplinaridade? Enquanto professor, como compreende a natureza do curso?

Para o professor 1:

Posso dizer que entendo, pelo menos em geral. O curso foi criado dentro de uma perspectiva de um ensino por áreas do conhecimento. Então, teríamos um profissional formado para atuar nas escolas do campo, como um professor que tivesse uma visão geral e integradora. Porém, nunca houve esse campo para atuação específico, fazendo com que os estudantes tivessem que atuar em escolas que seguiam um ensino por disciplinas, que é o modelo que sempre foi seguido e continua sendo seguido como sendo o padrão. Outro problema é que professores formados por disciplinas irão ensinar por disciplinas. Orientei um TCC sobre interdisciplinaridade onde abordamos esses aspectos. Usamos um tema gerador e criamos planos de aulas que abordavam um fenômeno sobre os seus aspectos físico, químico e biológico. A conclusão é que foi preciso três orientadores, um de cada disciplina, e o estudante autor do TCC teve muita dificuldade de abordar aspectos mais técnicos, ficando limitado a aspectos conceituais mais gerais e introdutórios. Seria interessante aprofundar essa abordagem para níveis conceituais profundos e técnicos, mas isso seria tema para um mestrado e doutorado.

O curso apresentado traz o diferencial de formação por áreas do conhecimento formando profissionais para atuarem nas escolas do campo, tendo um profissional com uma visão geral e integradora. O professor relata que nunca houve esse campo para que o profissional conseguisse atuar conforme a sua formação, tendo assim a opção de atuar por disciplinas específicas deixando de lado a interdisciplinaridade.

Por sua vez, salienta o Professor 2 que

A natureza do curso [a proposta do curso] expressa na forma e conteúdo um conjunto de conhecimentos construídos e debates desenvolvidos por intelectuais, pesquisadores e sujeitos sociais ligados aos movimentos sociais populares do campo, no âmbito das políticas educacionais, de formação humana e profissional e de valorização do conhecimento integrado à vida material dos sujeitos históricos que produzem e reproduzem a sua existência a partir do trabalho e da luta social no campo. Considerando estes aspectos, a natureza do curso de Interdisciplinar em Educação no Campo – Ciências Naturais, Matemática e Ciências Agrárias – Licenciatura [Licenciatura em Educação do Campo na UFFS], buscou, sobremaneira, constituir-se em um espaço dentro da academia [do Ensino Superior] e da política pública de educação [de formação de professores], para a garantia e fortalecimento da perspectiva de formação humana com esse viés integrado à vida material dos sujeitos sociais e povos do campo, e instituinte de processos de emancipação humana e de classe. Como sabemos, a constituição do entendimento para a formação de professores na perspectiva da Educação do Campo e por área do conhecimento, faz parte de um projeto societário e de classe que incorpora os interesses, a luta e a vida dos povos do campo. Além desse elemento de grande relevância, constitui-se em alternativa para a melhoria dos processos de formação nas escolas do campo, que, em linhas gerais, na maioria das vezes encontravam-se com falta de professores, ou com professores atuando fora de sua área de formação específica. Desse modo, além de não terem vinculação orgânica com os processos de produção e reprodução da existência material e social dos povos do campo e suas organizações, por atuarem muitas vezes na docência em campos específicos fora de sua formação, impõem limites ou comprometem a qualidade dos processos de ensino na Educação Básica. A partir desses aspectos mencionados vemos que a criação de cursos com essa natureza buscou corresponder e dar respostas a pelo menos três grandes dimensões. A primeira é epistemológica com o objetivo de tratar o fenômeno do conhecimento a partir da integração das ciências, para compreender integração da materialidade em suas múltiplas dimensões e determinações.

A proposta do curso foi criada a partir de debates com indivíduos ligados a movimentos sociais e que abraçavam a causa, indivíduos estes como pesquisadores e intelectuais visando uma Educação do Campo com formação humana e profissional que valorizasse a luta do campo. Por este motivo, valoriza-se a natureza do curso Interdisciplinar em Educação do Campo, que tem como objetivo buscar espaço na vida acadêmica, e curso superior buscando a valorização e fortalecimento do que é vivido no campo. A formação em educação do campo faz parte de um projeto societário que incorpora interesses na luta e na vida dos povos do campo. O curso foi implementado para uma melhoria na formação de quem atua nas escolas do campo, que na maioria das vezes há falta de professores, ou professores com uma formação que não compreende a realidade dos seus alunos. Além dos professores não possuírem vínculo com o campo, impõem limites e comprometem o aprendizado do aluno. Por este fato, a implementação do curso tem por objetivo formar professores que, além de capacitados, possuam vínculo com o campo, facilitando a passagem do aprendizado para o aluno conforme a sua realidade, abrangendo três dimensões, como tratar o fenômeno do conhecimento a partir da integração das ciências.

A segunda é política que visou corresponder ao desafio de se ter professores com formação básica para atuar nos campos de conhecimento, que muitas vezes tinham falta de professores nas escolas do campo. Além disso, constituir uma alternativa de atuação profissional que pudesse fortalecer a relação do[a] educador[a] com a comunidade escolar e entorno. Inclui nessa intencionalidade a condição de criar um campo ampliado de atuação profissional numa escola com fixação de vínculo, para superar aquilo que é historicamente hegemônico, a rotatividade de professores nas escolas do campo. A terceira é político-pedagógica por incorporar processos e conteúdos desde a perspectiva de produção e reprodução da vida no campo pelos povos do campo e sua cultura, na direção de construir processos, mediações práticas e condições objetivas para um projeto de desenvolvimento no/e para o campo interessado aos sujeitos reais e históricos que vivem do trabalho, calcado na perspectiva das matrizes de justiça social, inclusão, sustentabilidade e igualdade etc. Entendemos melhor a natureza do curso em questão e dos demais cursos de Educação do Campo ofertados no Brasil, quando colocamos a sua razão como resultante da luta social e da proposição de políticas públicas a partir do terreno da contradição dos processos de produção, sociais e políticos. (PROFESSOR 2).

A formação tem como intuito fortalecer a relação do educador com o educando, realidade e comunidade, ampliando assim a atuação profissional, possuindo um vínculo com o sujeito, minimizando a rotatividade de professores nas escolas do campo. Outro ponto destacado é o político-pedagógico, facilidade de incorporar os conteúdos com a realidade do aluno, conseguindo trabalhar o que eles vivenciam, construindo condições objetivas para fortalecer projetos agregando tanto no conhecimento pessoal quanto no profissional, para quem vive e trabalha no campo, fortalecendo a relação professor, aluno e comunidade.

Assim, considerando a categoria de contradição, o curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Naturais, Matemática e Ciências Agrárias – Licenciatura, expressou um significativo avanço no terreno da implementação da efetiva política pública. Ao ser criado já incorporado à implementação, à estrutura e funcionamento da Universidade Federal da Fronteira Sul, com infraestrutura sendo constituída [desde sala de aulas, biblioteca, e laboratórios] levando em consideração elementos da perspectiva da Educação do Campo, e quadro docente para atuar no curso, expressa um passo adiante em referência aos outros cursos ofertados no Brasil na época. Muitos cursos eram aprovados por determinada universidade, em sua maioria por edital, portanto, turmas específicas e por tempo determinado, mas, não eram incorporados à estrutura e funcionamento da instituição. Muitas das ofertas ocorriam em espaços estranhos à universidade. O curso era da instituição, mas não ofertado na instituição. Contudo, como mencionado anteriormente, no terreno da contradição, a forma instituída neste curso da UFFS, também expressou limites, sobretudo acadêmico-pedagógico. Uma vez oferecido na forma regular, com acadêmicos e acadêmicas não incorporados à luta social, aos movimentos sociais, entre outros aspectos, com ausência de articulação entre o processo que ocorre na universidade com a vida social, comunitária e de trabalho do estudante, ou seja, sem a implementação do regime de alternância, impôs linhas limítrofes ao prescrito nos princípios e matrizes formativas da perspectiva da Educação do Campo. (PROFESSOR 2).

O curso Interdisciplinar em Educação do Campo - Ciências Naturais, Matemática e Ciências Agrárias tem alcançado avanços no terreno da implementação das políticas públicas,

pois é ofertado em uma universidade com infraestrutura, que leva em consideração elementos da perspectiva da Educação do Campo, possuindo um quadro docente qualificado.

Para o Professor 3, todo e qualquer curso de graduação precisa estar conectado com as exigências do mercado de trabalho. A natureza/ carga horária/etc. não estão de acordo com o que a sociedade (aquela que sustenta a universidade) espera dos seus egressos.

Já, segundo o Professor 4, o curso é para formar docentes capacitados nas áreas e para compreender a realidade do campo e nele intervir. O curso é de extrema relevância social e cultural, nasce das demandas dos movimentos sociais populares do campo (MST, MPA, MAB, Via Campesina, MMC, FETRAT, CONTAG, RESSAB, ARCAFAR, dentre outros). A demanda era formar educadores/as para atuarem nas escolas do campo e nas comunidades de forma a promoverem o desenvolvimento integral do ser humano e ainda pensar a realidade e instigar mudanças. Portanto, a proposta de um curso para atender demandas concretas, históricas, que não foram incorporadas no Brasil tanto na legislação, quanto nos orçamentos.

A natureza do Curso é de atender as demandas do campesinato, no que tange à educação, a qual é denominada pelos movimentos sociais populares do campo de Educação do Campo. Essa é a materialidade e a natureza do curso: Educação do e no Campo.

Além da reformulação do PPC, também houve mudança na nomenclatura. Fez-se, então, a pergunta: Na sua opinião, o novo curso atingiu seus objetivos? Segundo o Professor 1:

Parcialmente. Acho que ficou mais claro para os estudantes que se trata de um curso de ciências exatas e da Terra. Porém, vemos o reflexo disso na baixa procura. Outro grande problema é que mesmo que os alunos queiram fazer esse curso, não fica claro qual é sua área de atuação, pois ainda é um curso que sofre o estigma de ser "Educação no Campo". Há um entendimento raso de que "só pode dar aula no Campo", mas não é isso. Ainda assim, fica um problema: parece que esses formandos sofreriam uma concorrência desleal de outros cursos que possuem formações mais bem definidas e aceitas pela sociedade em geral. Por exemplo, Ciências Biológicas irá facilmente ocupar vagas para ensino de ciências e talvez até de Física no ensino médio! O Curso precisa de uma nova reformulação? Pergunta difícil. Se pensarmos na questão que há pouca procura, temos que mudar. Mas para o quê? E quando pensamos na questão mercado de trabalho, a pergunta fica ainda mais complicada. Seja qual for o caminho que iremos seguir, temos que pensar nos dois aspectos: o que nossos estudantes querem como um curso de Educação no Campo - Ciências Naturais e Matemática, e também quais serão suas atribuições legais como profissionais da educação que serão. Onde e como poderão atuar? Com garantias legais que façam jus a todo o esforço e energia que os estudantes, suas famílias e toda sociedade brasileira investiu, através da nossa UFFS, para formar esses profissionais.

O fato de o curso atingir seus objetivos de forma parcial, como relata o professor 1, nos faz entender que a reformulação deixa mais claro quais são as áreas e a formação que o curso oferece. A nomenclatura que o curso carrega, de Educação do Campo, não deixa

explícito que o egresso que possui essa formação possa atuar somente nas escolas do campo. Outro ponto destacado por ele foi o fato de o curso não ser bem visto pela sociedade e sofrer o preconceito pelos colegas da rede de ensino e que possuem outros tipos de formação. Percebe-se que o curso acaba ficando em segundo plano até em processos seletivos simplificados, e conseguimos observar que a falta de políticas públicas vem prejudicando os egressos dessa formação. Enfatizamos aqui que, se as políticas públicas funcionassem de maneira bilateral, havendo uma sintonia para todas as formações, por que os graduados em licenciatura plena têm esse preconceito? Em qualquer área há concorrência e se destacam os mais qualificados e a nomenclatura de uma formação deveria ser a última coisa em discussão.

Se há necessidade de reformulação? Precisa-se analisar todos os pontos de vista possíveis. O curso é oriundo da luta dos movimentos sociais e, se houvesse reformulação não deveria perder o seu objetivo principal que é a formação para trabalhar em escolas do campo, ou seja, educação no campo. Entende-se que há pouca procura por parte da comunidade externa, mas reformular novamente não seria a solução, tendo em vista que já passou por esse processo uma vez e, ainda destacamos que a melhor saída para este problema é a luta constante por políticas públicas. O Professor 2 destaca: “Não, pois não se mudou o central do curso que é a forma de oferta, a alternância pedagógica e o diálogo com a comunidade [...]”. Segundo ele, o curso não obteve mudanças e não vem atingindo os objetivos, o que ocorreu foi a mudança na forma de oferta, o que era ofertado de modo integral passou a ser ofertado de modo noturno, abrindo oportunidade para indivíduos que precisam conciliar trabalho e estudo. Quanto à opinião do Professor 3:

Os descritores analíticos que formulam o questionamento, nos ‘induz’ a analisar e a responder considerando dois aspectos fundamentais: o epistemológico e o acadêmico-político-social. No aspecto epistemológico, a reformulação trouxe avanços, mas tenho dúvida se atingiu os objetivos. O avanço talvez se inscreva na redução para apenas uma das áreas do conhecimento [para a formação do(a) licenciado(a)], no caso as Ciências da Natureza, o que permite [em tese] maior tempo e mais conteúdos, para aprofundar o campo do conhecimento da área, sem deixar de levar em consideração elementos da perspectiva da Educação do Campo e das Ciências da Educação. Além disso, traz também conteúdos mais direcionados da área da Matemática como ferramental e fundamento analítico-suporte para os campos da Física, Química e Biologia. Com estes elementos apontados, tipifica o entendimento que o curso anterior, de fato, abrangia campos do conhecimento muito complexos, o que poderia incidir num processo formativo mais superficial e genérico. Assim, com a reformulação, ficando apenas com uma área de conhecimento para formação da atuação, materializa a intencionalidade implementada na maioria dos Cursos Interdisciplinar em Educação do Campo – Licenciatura, nas diferentes áreas de conhecimento ofertados no Brasil. Ou seja, o(a) licenciado(a) sai com a formação em uma área do conhecimento [o que já é bastante abrangente], e não em três áreas do conhecimento como propunha a versão primeira do PPC implementada a partir de 2010. No aspecto acadêmico-político-social a

reformulação do PPC e mudança de nomenclatura parece não ter atingido objetivos fundamentais da perspectiva da Educação do Campo. Primeiro pelo fato de manter a mesma forma de seleção dos ingressos onde ‘recruta’ e acolhe acadêmicos e acadêmicos que encontram dificuldades de compreender a intencionalidade e a natureza do curso, e que fundamentalmente a sua proposta político-pedagógica, é inserida numa pauta e estratégia alinhada aos Movimentos Sociais do Campo de base popular. Segundo porque em seu caráter organizacional [tempo[s] formativos] manteve-se a oferta na forma tradicional e não na pedagogia da alternância [regime de alternância] que é uma das bases e tipificações que define e é incorporada fortemente pela perspectiva da Educação do Campo. Terceiro porque, para além dos sujeitos sociais dos Movimentos Sociais do Campo de base popular, ou seja, para grande parte da sociedade em geral [estudantes, professores, gestores públicos, etc.], ainda a tipificação [e/ou nomenclatura] de Licenciatura em Educação do Campo, não é muito bem compreendida [por vezes, não bem aceita], e induz a um imaginário social que se baseia no preconceito [pré]conceito ou conceito feito antecipadamente, sem a devida análise e sem o devido conhecimento], incidindo, portanto, em baixa procura, bem como, em alta evasão como revelado pelo movimento da materialidade e realidade do curso nesses 12, quase 13 anos.

Os dois pontos levantados pelo professor 3 nos faz analisar o epistemológico e o acadêmico-político social. Quando se trata da questão epistemológica o professor relata que traz avanços, avanço esse destacado por ele na questão das áreas do conhecimento, focando apenas na área das ciências da natureza, o que permite ao estudante um maior aprofundamento nos conteúdos que a ciência da natureza abrange.

Outro ponto enfatizado é que além de conseguir um melhor aprofundamento também possui mais tempo para estudar os elementos da perspectiva da educação do campo. Para ele, o curso também apresenta disciplinas mais voltadas aos campos da Física, Química e Biologia, aprofundando melhor os conhecimentos para a formação, o que não ocorria no curso antigo, pois o fato de abranger muitas áreas acabava deixando a formação mais superficial.

A reformulação permite que o indivíduo saia formado em Ciências da Natureza, o que no ponto de vista dele já é bem abrangente, e não em três áreas do conhecimento como era proposto no curso antigo. Para a questão acadêmica-política-social, a reformulação não tem atingido os objetivos tendo em vista que não possui procura, não atingindo a perspectiva de educação no campo. Um dos pontos levantados pelo professor acima é que não houve mudanças na forma de seleção dos egressos, de forma que não há seleção por perfil, e dos selecionados, muitos não compreendem a natureza do curso e a sua proposta.

Outra questão é a forma de oferta que é realizada de forma tradicional e não na pedagogia da alternância, que é uma característica do curso da Educação do Campo e, por fim, ainda há a questão da nomenclatura, que não é bem vista ou bem entendida por professores, estudantes e comunidade externa, criando assim um pré-conceito sem o conhecimento do que o curso trata, havendo baixa procura e grande número de evasão.

Em contrapartida, o Professor 4 relata que não é uma questão de nomenclatura: “não é uma questão de nome e sim de formação de competências reconhecidas pelo mercado de trabalho. Ou seja, as competências exigidas pela sociedade, não estão sendo atingidas pelo curso em tela [...]”. O fato de não possuir uma boa visão pelo mercado de trabalho nos faz questionar: quem compõe este mercado de trabalho? Quais as especificidades que este mercado cobra que a licenciatura em Educação do Campo não possui?

Interligando as respostas para chegar a uma conclusão, o professor 5 ressalta:

acredito que atingiu os objetivos no sentido de deixar apenas uma área. No entanto não atingiu os objetivos no sentido de manter os ingressantes no curso. Esse é o principal fenômeno social histórico em virtude do estado neoliberal capitalista de necropolíticas não realizar mais concursos. O que mais uma vez faz com que os estudantes não acreditem que os estados e municípios irão fazer concursos. Essa incerteza de mercado de trabalho faz com que seja o principal motivo de desistência do curso, na minha opinião, o que considero relevante pela minha trajetória dentro da Educação do Campo. Falta na verdade, a política de concursos em Educação do Campo em todas as áreas em todos os municípios e estados do Brasil. Aí sim poderíamos pensar em um outro tipo de formação para as crianças e jovens do campo.

O curso atingiu as expectativas após a reformulação pelo fato de deixar apenas uma área do conhecimento, entretanto não atingiu os objetivos no sentido de manter os ingressantes no curso, o que volta na opinião do Professor 3: “Primeiro pelo fato de manter a mesma forma de seleção dos ingressos onde ‘recruta’ e acolhe, acadêmicos e acadêmicos que encontram dificuldades de compreender a intencionalidade e a natureza do curso, e que fundamentalmente a sua proposta político-pedagógica [...]”. O fato de não manter ingressantes no curso talvez se dê pelo ponto de vista levantado pelo Professor 3, pois muitos ingressantes não conhecem a pauta do curso e as suas peculiaridades, de forma que migrem para outro curso ou acabem desistindo.

Compreende-se que os pontos levantados até aqui se referem à questão da nomenclatura e da evasão. Primeiramente, a nomenclatura é algo que tem que ser levantada em pautas pelas lideranças, não cabe a nós dizer se deve manter ou não, pois há divergências nesta questão. A questão da evasão pode ser trabalhada na forma de apresentar a proposta do curso para a comunidade externa, para que os ingressantes se inscrevam sabendo o objetivo do curso e do que trata. Outro ponto que poderia ser visto é o modo de oferta, entende-se que o modo de alternância é uma característica da educação do campo e, então, por que não utilizar esse meio para o curso em questão?

Ao sabermos se após a reformulação o curso atingiu as expectativas, indaga-se: diante das realidades da educação, do curso e dos estudantes, você acredita que o curso deve ser mantido na Universidade? Aponta-se a opinião do Professor 1:

sinceramente? Não sei. Porém, eu tenho certeza que não será possível responder essa pergunta olhando apenas para o curso. Será preciso um diálogo com a sociedade e a Universidade, levando em conta todos aspectos que uma questão como essa demanda. Explicando melhor: não adianta colocarmos outro curso muito parecido para podermos aproveitar as disciplinas que já temos só para não deixarmos de ofertar um curso. Também não adianta criar um curso totalmente novo para tentar atrair candidatos, pois mesmo que sejamos bem sucedidos nesse aspecto, correremos o risco de não ter material humano para tal curso. Então, devem ser equacionadas expectativas da sociedade e comunidade acadêmica com os recursos que a UFFS tem. Talvez encerrar o atual curso de Interdisciplinar permita abrir cursos novos que sejam demandas da sociedade. Talvez seja possível uma reformulação que atenda demandas sociais e tragam candidatos que queiram fazer esse hipotético curso reformulado. Enfim, não tenho uma resposta fechada para essa pergunta.

A questão levantada é voltada a um diálogo com a sociedade, se deve ou não manter o curso, se há probabilidade de uma nova reformulação. Percebe-se diante dos dados que a primeira reformulação não tem surtido efeito, então reformular não tem sido a melhor escolha. A questão de criar um novo curso vai mais além, pois não é só a questão burocrática, a universidade precisa ter estruturas para isto, desde sala de aulas, professores capacitados, laboratórios e pesquisar com o melhor curso para ser ofertado. São questões para serem analisadas a partir de discussões. O Professor 2 diz que deve ocorrer a reformulação: “Deve ser reformulado, trazer novamente a Matemática e reorganizar a oferta. [...]”. Esta reformulação proposta por ele, em trazer novamente a Matemática e reorganizar a oferta, nos leva a entender que se trouxer a Matemática ampliaria o curso de novo, o que volta na questão de ser muito superficial; na questão de reorganizar a oferta seria de ofertar em modo de alternância, tendo em vista que já foi ofertado de modo integral e noturno. Para o Professor 3:

A realidade da educação brasileira, fundamentalmente do processo de formação básica de professores, apresenta muitos desafios e, mesmo cursos em outras áreas de formação de professores, têm encontrados desafios. Baixa procura e evasão nos cursos de licenciaturas são espectros muito presentes na realidade brasileira. Após a experiência e a materialidade revelada nesses 12 [quase 13] anos de processo, percebe-se que se faz necessário uma boa avaliação frente a realidade. A constituição dos elementos principiológicos e matrizes que conformam a perspectiva da Educação do Campo são de extrema relevância para um projeto societário e de classe. Contudo, tanto os limites, quanto as possibilidades devem ser matéria de exame para fundamentar os próximos passos e processos em relação ao curso. Ou seja, a realidade deve ser a matriz e o ponto de partida para a análise e proposição. Nesse sentido, creio que para manter a oferta do curso deve ocorrer redimensionamentos em diferentes aspectos, tais como: público alvo, formas de seleção e recrutamento, tempos e espaços formativos, entre outros aspectos. Até mesmo a nomenclatura deve ser analisada com bastante rigorosidade, até pelo fato de que a dimensão e o direcionamento da perspectiva de formação humana e

profissional são dados pelo currículo, pelos processos, tempos pedagógicos e formativos, e não pelo nome do curso. Manter a oferta do curso nos moldes que vem sendo ofertado, com baixíssima procura, com pouca matrícula, evasão, poucos acadêmicos diplomados, não me parece estratégico. Neste sentido, talvez seja importante apostar em redimensionar os processos gerais. Ou seja, ofertar o curso [a turma] por demanda, fundamentalmente, oriunda dos movimentos sociais. Nesse sentido, a forma de oferta [tempos formativos-pedagógicos] também pode ser que tenha que ser revista e implementada a partir da constituição da demanda.

A formação de professores para atuar na educação básica possui muitos desafios, o que demonstra que não é apenas na formação de Educação do Campo que ocorre, mas em aspecto geral. O que deveria ser feito seria uma análise em todas as licenciaturas. O Curso Interdisciplinar em Educação do Campo está vigente na Universidade há 13 anos e, segundo o professor, precisa-se de uma avaliação perante a realidade em que se encontra, pois o curso é vinculado a projetos societários, possuindo a sua classe, para o qual o seu público não está sendo alcançado. Os pontos levantados por ele são o público alvo, a forma de seleção, tempos e espaços formativos, entre outros. A nomenclatura como já levantada em outros momentos também entra nesse processo de discussão. Uma das sugestões levantadas como solução do problema é ofertar o curso quando tiver demanda, tendo assim alunos interessados e salas cheias, otimizando tempo e verbas. O fato de ter muitas evasões e poucos egressos não tem contribuído para a imagem do curso, que vem com o passar dos anos sofrendo preconceito e baixa procura. Para o Professor 4:

Não. Basta fazer uma enquete para saber quantos dos professores egressos deste curso estão no mercado de trabalho e ainda, quantos deles foram absorvidos na forma de concursos públicos ou ainda em instituições privadas. Caso nem mercado público e nem o privado estejam disputando estes egressos, é certo que o alvo não está sendo atingido. Ignorar o mercado de trabalho nas decisões de manutenção/criação de um curso é um erro que precisa ser reconhecido pela comunidade universitárias da UFFS.

Para o professor, fazer enquetes e discutir onde estão os egressos não tem levantado pontos positivos para o curso, e o número de evasão continua acontecendo com frequência. Em controvérsias, acredita-se na importância de destacarmos os pontos positivos e as conquistas que ocorrem na vida dos egressos.

A Licenciatura em Educação do Campo foi construída a partir de luta de movimentos sociais e, esperar que as coisas agreguem valores rapidamente, sem lutas e esforços, é ingenuidade. Como o curso é oriundo de luta, o processo de aceitação no mercado de trabalho vem sendo construído a partir da aceitação do curso. Quando se fala em mercado de trabalho, tanto do ponto de vista dos professores, como egressos e analistas, percebem-se as controvérsias. Destacamos aqui que a formação em nossa região possibilita ao egresso

trabalhar para o estado, que não vem ofertando concursos públicos há anos. Enfatiza-se, novamente, que a falta de políticas públicas e lideranças com o conhecimento da realidade dos alunos, que habitam e estudam no campo, acaba prejudicando a educação de modo geral. Não basta possuir um cargo, precisa-se estar capacitado para atingir as necessidades da população. Sim, o curso precisa ser discutido enquanto comunidade e universidade, sempre à procura da melhor solução, mas já há egressos e a luta e a discussão não deveriam ser pautadas somente na evasão e na baixa procura, mas, sim, alocar os que já estão formados para que consigam despertar interesse em novos profissionais.

Menciona o Professor 5 que

a manutenção do curso deve estar condicionada a política de concurso público nos estados e municípios. A manutenção do curso deve estar condicionada as políticas de acesso e permanência na universidade. A realidade social, cultural e histórica aponta para a necessidade de mantermos as escolas no campo, e ao mesmo tempo formarmos professores para atuarem nessas escolas do campo. Mas para isso é necessário todo o envolvimento político em todas as instâncias e entes federados bem como a participação da sociedade civil, movimentos sociais populares do campo e ministério público de forma a garantir a contratação de quem for, paulatinamente, sendo formados.

Por fim, debatemos a opinião do professor 5, de que a falta de políticas públicas não prejudica somente o curso, mas quem já passou pelo processo de formação. As políticas públicas levantadas por ele trazem a questão de permanência na universidade, a realidade social, cultural e histórica. O curso foi criado para manter as escolas do campo, não pensando somente em professores formados, mas sim em manter a permanência dos filhos dos camponeses no campo. Falamos tanto na evasão do curso, mas se analisarmos a grande evasão do campo para a cidade se dá porque as condições de vida não favorecem o filho do camponês a permanecer no campo. A falta de políticas públicas tem atingido os alunos do campo, os professores para atuarem no campo e a questão de permanência em universidades, atingindo assim uma grande população.

Após discutirmos alguns pontos relevantes para a pesquisa e o futuro do curso, destacamos como o curso é avaliado, e quais os elementos que os professores gostariam de destacar como pontos importantes para esta pesquisa.

“Acho que consegui avaliar o curso nas minhas respostas anteriores [...]” (PROFESSOR 1). Já para o Professor 2: O curso tem um grande potencial, porém precisa rever a forma de ingresso e de ofertar a área de Ciências da Natureza e Matemática tem uma importância significativa para escola do campo e precisa ser considerada. Professor 3: O curso em linhas gerais incorpora uma proposta de formação interessante. É resultante e expressão da

capacidade de análise da realidade, da luta social e das pautas estratégicas dos Movimentos Sociais do Campo de base popular, e da articulação intencional de fortalecer a tríade interseccionada Educação-Campo-Políticas Públicas, sob a perspectiva e o interesse da classe trabalhadora constituída pelos povos do campo.

Aos olhos institucionais, como o caso do Ministério da Educação [MEC], o curso se apresentou exitoso, haja vista a avaliação de reconhecimento feita, tendo o MEC atribuído conceito máximo para a modalidade de avaliação, o seja, nota 5.

Sem sombra de dúvidas a perspectiva e proposta de formação e curricular incorporadas no curso contribuíram sobremaneira para o *Campus* Laranjeiras do Sul da UFFS, sobretudo, na conformação dos laboratórios, tendo em vista as grandes áreas [como citadas anteriormente], que compunham e compõem atualmente a matriz curricular.

Diz o Professor 4:

O curso possui qualidade, isso não está em discussão. Prova disso, é a avaliação oficial do MEC (nota 5). Todavia, não basta formar excelentes profissionais numa área que não preencha uma necessidade reconhecida pela parcela da sociedade que poderia contratar esses profissionais.

Professor 5:

como demanda dos movimentos sociais populares do campo, o curso precisa ser a resposta a essa questão social de Educação do e no Campo. No entanto o passo seguinte é pressão permanente junto aos governos nas diferentes esferas para garantir a contratação de professores e para isso é preciso as políticas de construção de escolas no campo, de projetos de desenvolvimento do campo com subsídios para os pequenos agricultores para o trabalho com policultivos, agroecologia, dentre outras formas de gerar renda no campo. A Educação do Campo é condicionada a existência de um projeto de desenvolvimento de campo que tenha gente no campo, escola no campo, renda eficiente se não há mercado de trabalho competindo por eles, e qualidade de vida no campo. Portanto isso é possível, mas depende da ideologia e da opção política dos governantes e do nível de pressão dos movimentos sociais populares do campo.

Por fim, o professor destaca que o curso possui qualidade, pois é avaliado com nota 5 pelo MEC. A avaliação pelo MEC e a formação de excelentes profissionais não é o suficiente se não há mercado de trabalho competindo por eles.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos realizados e das análises, avalia-se que ocorreu uma reformulação no PPC, porém manteve-se a essência da matriz de 2010. O curso novo mantém a Educação no Campo como foco principal, sendo assim a essência do curso anterior passa para o curso Interdisciplinar em Educação do Campo, Ciências Naturais. Avalia-se que a reformulação que ocorreu na matriz curricular do curso de Interdisciplinar em Educação do Campo, Ciências Naturais Matemática e Ciências Agrárias não tem resolvido a questão de evasão do curso, como apresentado nas discussões já descritas anteriormente, o que permite entender que a reformulação da matriz e da nomenclatura não tem sido o suficiente para atrair novos estudantes para o curso, tendo em vista que a evasão tem ocorrido de maneira significativa mesmo com a reformulação havida. A reformulação que ocorreu, permitiu deixar as disciplinas essenciais da matriz de 2010 e entende-se, então, que a problemática não está no curso e na sua nomenclatura, mas na falta de políticas públicas e estímulo para os futuros professores, como o concurso público. Outro ponto a ser destacado, é que não basta focar os estudos na Licenciatura em Educação do Campo, mas sim analisar se essa evasão vem ocorrendo em todas as Licenciaturas em um contexto geral, pois em virtude da atual conjuntura e estrutura, tem ocorrido um avanço significativo nos estudos à distância e cursos aligeirados, o que facilita o ingresso e o término do curso. Essa facilidade e o descaso com as licenciaturas e a formação de professores podem contribuir para o fracasso das Licenciaturas de grande porte, como é o caso do nosso objeto de estudo.

Para enfatizar o ponto de pesquisa que é o porvir dos egressos e a materialidade da Licenciatura em Educação do Campo, apresentando seus limites e desafios, destaca-se aqui que os limites encontrados no decorrer desta discussão foi o fato de o curso sofrer preconceito devido à nomenclatura, abranger várias áreas de formação, deparando-se assim com uma formação específica, ampla e de conhecimento rasos, no sentido de não haver tempo para aprofundamento teórico e prático. Além disso, verificou-se a dificuldade de assumir aulas mesmo com contratos em processos seletivos simplificados, já que não ocorrem concursos para a área do curso. Além destes pontos destacados pelos egressos, há a questão das dificuldades encontradas no longo do caminho, como permanência, questão financeira e dificuldades em certas disciplinas, o que se torna um problema relevante se levarmos em conta que esses são os principais motivos de evasão e que nossos estudantes são oriundos da classe trabalhadora.

A Licenciatura em Educação do Campo forma docentes para atuarem em escolas do campo, com uma formação interdisciplinar, o que não vem ocorrendo na prática, posto que os educadores não conseguem atuar em todas as disciplinas em que é formado e capacitado. A viabilidade em Educação do Campo nos ressalta isto, conseguir agregar um conhecimento científico, prático e teórico com a realidade do estudante, independente da região que ele habite, conseguindo assim abrir espaço para ouvir e entender a realidade dos estudantes. O objetivo do curso é formar um professor com uma ampla visão para as diferentes realidades, saindo do professor tecnicista para um professor preparado para trabalhar em sala de aula, atuar na comunidade e na gestão escolar.

Tendo em vista que o curso é novo, oriundo de lutas de movimentos sociais para garantir uma educação do campo e no campo, afirma-se que os caminhos a serem trilhados serão difíceis e árduos, principalmente pelo rumo que a educação vem tomando. Destacamos aqui que quem optou por essa formação deve abraçar a causa e lutar não só pelos seus direitos enquanto professor, mas pelo futuro das próximas gerações, contribuindo com a promoção e o desenvolvimento humano e político dos povos do campo.

REFERÊNCIAS:

- ANHAIA, E. M. **Formação de professores: realidade, contradições e possibilidade do curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFFS – Campus de Laranjeiras do Sul – 2012 – 2017.** Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/190909>. Acesso em: 05 jun. 2023.
- ANUNCIAÇÃO, B. C. P.; MESSEDER NETO, H. dá S.; MORADILLO, E. F. A pedagogia histórica crítica na formação de professores de ciências: a experiência da área das Ciências da Natureza e Matemática do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFBA. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 7, n. 1, p. 243–252, 2015. DOI: 10.9771/gmed.v7i1.12422. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revista_germinal/article/view/12422. Acesso em: 15 jun. 2023.
- BICALHO, R.; MACEDO, P.; RODRIGUES, G. Políticas públicas de educação do campo: reflexões sobre o Pronacampo. **ReDiPE: Revista Diálogos e Perspectivas em Educação**, v. 2, n. 1, p. 19-32, 27 jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/ReDiPE/article/view/1238>. Acesso em: 31 maio 2023.
- CARMO, N. C. C. **Mapeando a Educação do Campo em Minas Gerais: Um Estudo sobre egressos da Licenciatura em Educação do Campo da UFMG (2005-2011) do vale do Jequitinhonha.** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação: Educação e Docência Linha: Educação do Campo - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/32678>. Acesso em: 14 jun. 2023.
- CARVALHO, L. C.; ROBAERT, S.; FREITAS, L. M. **A educação no campo no contexto da educação brasileira: questões históricas, políticas e legais.** VI Seminário Nacional de formação de professores. UFSM, 2015. Disponível em: <https://www.ufsm.br/eventos/snfp>. Acesso em: 14 jun. 2023.
- FERNANDES, B. M.; MOLINA, M. C. **O campo da educação do campo.** Disponível em: <https://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/ArtigoMonicaBernardoEC5.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.
- FERNANDES, B. M. **Diretrizes de uma caminhada.** In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Orgs.). **Por uma educação do campo.** Petrópolis: Vozes, 2004. p. 133-145.
- LEDOCCCSHLS/UFFS-LS. **Proposta Curricular.** Licenciatura em Educação no Campo. Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas. Universidade Federal da Fronteira Sul- Campus Laranjeiras do sul. Laranjeiras do SUL, 2020. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/campi/laranjeiras-do-sul/cursos/cursos/interdisciplinar-em-educacao-do-campo-ciencias-sociais-e-humanas/documentos>. Acesso em: 20 jun. 2023.
- LEDOCCN/UFFS-LS. **Proposta Pedagógica Curricular.** Licenciatura em Educação do Campo. Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da natureza. Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Laranjeiras do Sul. Laranjeiras do Sul, 2018. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/campi/laranjeiras-do-sul/cursos/cursos/interdisciplinar-em-educacao-do-campo-ciencias-da-natureza-licenciatura/documentos>. Acesso em: 14 fev. 2023.

LEDOCCNMCA/UFFS-LS. **Proposta Pedagógica Curricular**. Licenciatura em Educação do Campo. Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Naturais, Matemática e Ciências Agrárias. Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Laranjeiras do Sul. Laranjeiras do Sul, 2010. <https://www.uffs.edu.br/campi/laranjeiras-do-sul/cursos/cursos/interdisciplinar-em-educacao-do-campo-ciencias-naturais-matematica-e-ciencias-agrarias-licenciatura/documentos>. Acesso em: 14 fev. 2023.

LELIS, L. R. M. **As disputas territoriais entre o agronegócio e o campesinato**. In: AVELINO JÚNIOR, F. J. Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista. 2015. Dissertação (Pesquisa de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *Campus de Três Lagoas*, v. 11, n. 2, p. 16-29, 2015. DOI: 10.17271/1980082711220151084. Disponível em: https://publicacoes.amigosda natureza.org.br/index.php/forum_ambiental/article/view/1084. Acesso em: 2 fev. 2023.

MACEDO, P. C. S. **Políticas públicas em educação do campo na Amazônia Amapaense: o Programa Escola da Terra na formação continuada de professores de escolas com classes multisseriadas**. 2022. Tese (Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) - Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2022.

MOLINA, M. C. Expansão das licenciaturas em Educação do Campo: desafios e potencialidades. **Educar em Revista**, n. 55, p. 145–166, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/qQMpZkcTFxbFDk59QJKpWmG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 maio 2023.

MOLINA, M. C.; ANTUNES-ROCHA, M. I. Educação do campo: história, práticas e desafios no âmbito das políticas de formação de educadores: reflexões sobre o Pronera e o Procampo. **Reflexão e Ação**, v. 22, n. 2, p. 220–253, 2014. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1982-99492014000200220&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 fev. 2023.

MOLINA, M. C.; MARTINS, M. de F. A.; ANTUNES-ROCHA, M. I. Formação em Alternância nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo desenvolvidos na UnB e na UFMG: articulando universidade, campo e escola numa perspectiva socioterritorial. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 6, 2021. DOI: 10.20873/uft.rbec.e11856. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/11856>. Acesso em: 14 jun. 2023.

SANTOS, C. A.; MOLINA, C. M.; JESUS, S. M. S. **Memória e História do PRONERA: Contribuições do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária para a Educação do Campo no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

SANTOS, L.; SANTOS, J. R.; JESUS, S. M. S. A. Licenciatura em educação do campo: a experiência-piloto da Universidade Federal de Sergipe (2008 a 2012). **Revista Pedagógica**, v. 24, p. 1-26, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v24i1.6944>. Acesso em: 31 jul. 2023.

SANTOS, R. B. História da educação do campo no Brasil: O protagonismo dos movimentos sociais. **Revista Teias**, v. 18, n. 51 (out/dez.), 2017. Disponível em: [10.12957/teias.2017.24758](https://doi.org/10.12957/teias.2017.24758). Acesso em: 31 jul. 2023.